

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTHUR VIEIRA CARRASCO

CRISE ECONÔMICA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

UBERLÂNDIA – MG

2024

ARTHUR VIEIRA CARRASCO

CRISE ECONÔMICA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof. Dra. Bruna Ferraz Raposo

UBERLÂNDIA – MG

2024

ARTHUR VIEIRA CARRASCO

CRISE ECONÔMICA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Uberlândia, 19 de novembro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Bruna Ferraz Raposo (orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loral

Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha grande gratidão que eu dirijo a todos que foram de suma importância para a minha chegada ao final deste curso. A presença, o auxílio e o grande apoio vocês foram essenciais para que eu seguisse em frente e pudesse finalizar uma das etapas mais importantes da minha vida.

Primeiramente, agradeço imensamente meus pais pelo apoio que me deram diante das minhas escolhas e o incentivo de chegar aonde cheguei. Ao meu irmão, por toda disponibilidade de ajuda ao longo do meu percurso, mesmo que tomasse seu tempo para me auxiliar em coisas simples. Aos meus avós, por serem parte da minha criação e uma das maiores bases de incentivo ao longo da minha vida.

Aos meus amigos que conheci ao longo da minha formação, agradeço cada um de vocês pela presença que marcaram na minha vida, compartilhando os melhores momentos possíveis juntos. Esses momentos foram essenciais para tornarem essa jornada mais agradável e significativa.

À minha orientadora, a qual entregou grande dedicação para a realização deste trabalho, agradeço o melhor auxílio possível que me foi entregue durante a orientação.

Aos professores, agradeço por todo conhecimento e auxílio que me foi dado ao longo da minha graduação.

RESUMO

A pandemia de Covid-19 gerou impactos econômicos significativos na economia brasileira, desencadeando quedas no PIB, aumento do desemprego e pressões inflacionárias. Com a finalidade de mitigar esses efeitos, foram implementadas políticas públicas como o Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, além de uma política monetária expansionista voltada à manutenção da renda e do emprego. A análise desses instrumentos revela a importância das intervenções governamentais como medidas anticíclicas, fundamentadas em teorias keynesianas e no Novo Desenvolvimentismo, para a recuperação econômica. As ações do governo foram essenciais para amenizar os efeitos da crise, ainda que persistam desafios estruturais e conjunturais para o desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: crise econômica, Covid-19, políticas econômicas, políticas anticíclicas, Brasil, recuperação econômica.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor adicionado ao PIB da indústria de transformação e serviços (em milhões de reais).....	20
Gráfico 2: Faturamento real da indústria de transformação no Brasil (2016-2021) (Índice 100 no ano de 2014).....	21
Gráfico 3: Nível de utilização da capacidade instalada brasileira (2016-2023) (em %) ..	22
Gráfico 4: Nível de utilização da capacidade instalada em setores selecionados em abril de 2020 (nível, média e variação mensal) (em %)	23
Gráfico 5: Acumulado IPCA em 12 meses (2016-2022) (% a.m.)	24
Gráfico 6: IPCA acumulado em 12 meses dos grupos de alimentos e bebidas, habitação e transporte (2016-2022) (% a.m.)	25
Gráfico 7: Taxa percentual anual de desocupação e subutilização da força de trabalho (2012-2021) (em %).....	27
Gráfico 8: Número de trabalhadores ocupados em atividades informais (2016-2021) (em milhares de pessoas)	28
Gráfico 9: Despesa do governo para a área de assistência social (2019-2021) (em bilhões de reais).....	32
Gráfico 10: Perda de renda sem o Auxílio Emergencial por tipo de trabalhador em 2020 (em %).....	33
Gráfico 11: Ganho/perda de renda com o Auxílio Emergencial por tipo de trabalhador em 2020 (em %)	34
Gráfico 12: Ganho/perda de renda com e sem o Auxílio Emergencial para trabalhadores formais e informais em 2020 (em %)	35
Gráfico 13: Potenciais beneficiários do Auxílio Emergencial e BEm nos décimos da população por Renda Domiciliar <i>Per Capita</i> (maio 2020) (Em %).....	36
Gráfico 14: Taxas de juros básicas do Brasil nos anos de 2020 e 2021 (em %)	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exportação dos principais bens na balança comercial brasileira (em milhões de dólares).....	18
Tabela 2: Importação dos principais bens na balança comercial brasileira (em milhões de dólares).....	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: ESTADO COMO AGENTE ANTICÍCLICO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	5
1.1 Crítica keynesiana à teoria clássica	5
1.2 Pós-keynesianismo e os mecanismo da política fiscal	9
1.3 Novo Desenvolvimentismo e reflexo nos países em desenvolvimento	11
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DA CRISE NO BRASIL.....	14
2.1 A Covid-19	14
2.2 A crise brasileira	15
CAPÍTULO 3: MEDIDAS MACROECONÔMICAS PARA MINIMIZAR A CRISE NO BRASIL.....	29
3.1 Auxílio Emergencial.....	30
3.2 Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda.....	35
3.3 Política monetária	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

A Covid-19 é uma doença causada pelo vírus coronavírus proveniente da família *Coronaviridae* e teve seu primeiro caso registrado na China em novembro de 2019, tendo, a partir de então, se disseminado pela população chinesa nos meses seguintes. Com o alto grau de contaminação diante de um mundo altamente globalizado no século XXI, a doença se espalhou rapidamente pela população mundial, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretasse estado de emergência global e classificasse a doença como pandêmica (ANVISA, 2021).

Essas circunstâncias não só causaram uma crise sanitária em diferentes países como também uma recessão econômica mundial. Para nível de ideia, em 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) mundial sofreu uma queda de 3,1%, impactando diretamente diferentes segmentos econômicos ao redor do mundo. Contudo, em 2021, ano de início da vacinação contra a doença em grande parte das nações do globo, observou-se uma recuperação da economia mundial, atingindo um crescimento de 5,9% no nível de produto no mundo (Banco Mundial, 2024). Diante disso, é notável que o Brasil também seria uma nação a sofrer os impactos econômicos causados pela pandemia. Em 2020, o país registrou uma queda de 3,3% no PIB, também apresentando uma certa recuperação no ano seguinte, apontando um crescimento de 4,6% em 2021 (IBGE, 2023).

A partir do contexto apresentado, fica claro que a pandemia do Covid-19 causou a mais recente crise econômica mundial desde 2008, o que também inclui uma recessão na economia brasileira. Os impactos da crise do *subprime* no Brasil, apesar de terem sido menos agressivos, apresentaram obstáculos para o mercado financeiro e o de crédito. Houve um intenso processo de fugas de capitais, desvalorizando a câmbio nacional, além de uma menor oferta de crédito externo para as empresas brasileiras (BNDES, 2009). A retração do PIB do país nesse período foi a pior registrada em cerca de 25 anos, havendo fortes impactos em diferentes setores, como, por exemplo, o polo industrial do país, além de ser registrado um alto índice de desemprego (Alvarenga, 2015).

Desde então, o país estava lentamente se recuperando de sua última crise, se encontrando em estado relativamente frágil, ainda enfrentando baixo crescimento do produto interno, alta taxa de desemprego, aumento da informalidade do mercado de trabalho, fragilidade política e permanência do processo de desindustrialização. A economia brasileira teve um

crescimento de apenas 1,2% no ano de 2019 (IBGE, 2021), com uma expectativa de longo prazo pessimista quanto à retomada de um crescimento acelerado como aquele encontrado nos anos 2000, durante os dois governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Diante disso, mesmo antes da pandemia, os resultados esperados para 2020 não indicavam um crescimento muito grande. A expectativa do Ministério da Economia era de um crescimento de 2,3% ao final do ano (Balassiano, 2020).

Contudo, o choque vindo pela pandemia provocou mudanças nas perspectivas econômicas, esperando-se novos impactos negativos vindo de medidas de contenção da doença, como o isolamento social, sendo aplicado em diversos países do mundo. Essa situação causou grandes incertezas internacionalmente, afetando investimentos e capacidade produtiva tanto no Brasil quanto mundo afora. Diante dessa situação, a equipe econômica do governo brasileiro, regida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), decretou diferentes medidas para conter os impactos econômicos causados pela proliferação da Covid-19 dentro do país ao longo dos anos de 2020 e 2021 (Alvarenga, 2020).

Logo, por ter sido uma crise que afetou grande parte do mundo, incluindo o Brasil, este trabalho tem a justificativa de compreender melhor como uma condição global pandêmica afetou fortemente diferentes segmentos do país. Além disso, também se vê a importância de analisar como o governo brasileiro lidou com a dimensão econômica da crise, observando quais foram as principais políticas econômicas aplicadas e sua capacidade de minimizar os impactos originados na crise.

Assim, este trabalho parte das seguintes questões: Quais foram os impactos da pandemia do Covid-19 na economia brasileira? Quais foram os principais efeitos que as políticas econômicas de contenção à crise obtiveram durante o período?

Dentro dessas perguntas, o trabalho espera encontrar o resultado de que, assim como grande parte das economias ao redor do mundo, o Brasil teve impactos negativos em diferentes segmentos econômicos por causa da proliferação da Covid-19. Contudo, a hipótese buscada é de que as ações governamentais implementadas pela equipe econômica no período pandêmico de 2020 e 2021 tenham auxiliado a reduzir tais impactos, mostrando uma relação entre a implementação de políticas fiscais e monetárias do governo com o estímulo da demanda agregada.

O objetivo da pesquisa consiste em identificar como a disseminação da doença afetou a economia brasileira, destacando comportamentos de diferentes indicadores socioeconômicos e

variáveis macroeconômicas que podem ter sofrido fortes impactos. Além desse ponto geral a ser buscado, este trabalho de pesquisa busca identificar e avaliar os resultados do impacto das principais ações anticíclicas implementadas pelo Governo Federal durante o período pandêmico para minimizar os efeitos da crise econômica, o que inclui políticas de transferência de renda e a política monetária.

Em específico, os objetivos são analisar o volume de exportação e importação brasileira, faturamento da indústria, seu valor adicionado ao PIB do país, e o seu nível de utilização da capacidade instalada, a variação do nível do IPCA e dos principais grupos que influenciaram no nível dos preços, os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro, o que inclui nível de desocupação, subemprego e nível de ocupação em atividades informais. Para as políticas estatais de contenção da crise, busca-se analisar a despesa em assistência social, impactos na renda nacional através do Auxílio Emergencial e do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e, por fim, o comportamento da taxa de juros e políticas de crédito efetivadas dentro do plano da política monetária. Todos esses objetivos serão tratados dentro do recorte temporal de 2020 e 2021.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais. O Capítulo 1 discute a atuação do Estado como agente anticíclico no enfrentamento de crises econômicas. A análise se baseia nas teorias propostas pelo economista John Maynard Keynes e do Novo Desenvolvimentismo formulada por economistas brasileiros, enfatizando como a atuação governamental é crucial para garantir a sustentabilidade econômica em períodos de recessão. Este capítulo discute o papel das intervenções estatais para corrigir a insuficiência de demanda agregada.

No Capítulo 2, busca contextualizar o impacto da pandemia no cenário econômico global, focando em como a proliferação da doença afetou a economia do Brasil. Inicialmente, são apresentados os efeitos econômicos e sociais da Covid-19 no país e no mundo, evidenciando o quão alarmante a propagação da doença era para a população mundial, incluindo a retratação do número de casos e mortes. Este capítulo explora a propagação inicial da pandemia, as restrições adotadas e as consequências diretas sobre as principais áreas econômicas do Brasil. Essa análise é essencial para compreender a magnitude da crise e os desafios enfrentados antes da adoção de políticas mitigadoras.

O último capítulo o foco é dado às principais políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para combater os efeitos da crise, evidenciando o quão pior seriam os efeitos

da crise caso essas medidas não fossem implementadas. São analisados o Auxílio Emergencial, o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda e a política monetária. Este capítulo avalia a eficácia das políticas como instrumentos de estabilização econômica, destacando os desafios enfrentados pelo governo para conter a retração do PIB e estimular a demanda agregada da economia brasileira.

Por fim, o trabalho oferece uma síntese dos resultados obtidos, destacando a importância das políticas anticíclicas na mitigação dos impactos da pandemia.

CAPÍTULO 1: ESTADO COMO AGENTE ANTICÍCLICO PARA O DESENVOLVIMENTO

1.1 Crítica keynesiana à teoria clássica

John Maynard Keynes (1936) destaca o Estado como um importante agente capaz de corrigir a insuficiência da demanda agregada em uma economia. Segundo sua teoria, o governo deve usar as ferramentas a seu alcance para implementar grandes projetos de investimento público para estimular o setor privado a retomar ou expandir seus próprios investimentos, propiciado através de um cenário estável da demanda agregada. Visto que o ciclo econômico não tende ao equilíbrio geral, assim, o Estado se torna um agente anticíclico para a economia, sendo capaz de reduzir incertezas associadas à insuficiência de demanda efetiva, que é um importante elemento a se considerar na tomada de decisões de investimento.

A demanda efetiva tem seu caráter de importância diante da sua definição de nível real de demanda por bens e serviços que efetivamente determinam o nível de produção e emprego dentro da economia. Assim, um cenário de decadência de demanda efetiva acarreta numa queda do emprego e na geração de uma subutilização da capacidade produtiva do setor industrial. Logo, os empresários precisam de uma demanda efetiva estável para que eles possam aplicar investimentos produtivos e, assim, gerar renda na economia (Keynes, 1936).

O Estado, através da geração de déficit público, age dentro do cenário de crise com o objetivo de manter a estrutura de atuação do sistema econômico diante de expectativas feitas esperadas para médio e longo prazo como uma maneira de dar continuidade aos mecanismos de confiança que incentivam a participação dos outros agentes. Para Corazza (1986, p. 7):

Keynes defende o capitalismo como técnica de produção eficiente. Para que seja eficiente, no entanto, o mesmo precisa ser dirigido com inteligência. Keynes acredita que, na medida em que o capitalismo dirigido for eficiente, produzirá um grande bem-estar e, através deste bem-estar, conseguirá eliminar o que tem de objetável: a desigualdade e o desemprego.

Portanto, o Estado deveria adotar políticas com o propósito de neutralizar as instabilidades que pudessem emergir no sistema econômico devido às flutuações marginais do capital. O mercado, por si só, não é capaz de corrigir as deficiências de uma demanda específica, no entanto, as intervenções estatais demonstram ser altamente eficazes para compensar essa falha, além de incentivar a atividade produtiva do setor privado, o que contribui para a redução do desemprego e, conseqüentemente, para a melhoria da renda (Keynes, 1936).

Keynes (1936) argumentou que dentro de uma economia monetária do sistema capitalista, quando não há demanda efetiva suficiente, o dinheiro poupado pelo agente pode gerar uma insuficiência de demanda, implicando em problemas no funcionamento do sistema de produção capitalista. Dentre os fatores que implicam no volume de consumo de bens e serviços na economia, a renda torna-se a principal variável determinante do consumo das famílias. Logo, um aumento no nível de renda das famílias consumidoras, gera, em consequência, um aumento no nível do consumo dentro da economia, mesmo que esse aumento não seja na mesma proporção nas duas variáveis.

Assim, as variações da demanda influenciam o nível de atividade da economia, já que há a implicação do nível necessário de emprego para a produção que atenda a demanda, havendo consequências no nível da renda. Uma baixa na demanda, implica em menos emprego para a produção, ou seja, menores salários sendo distribuídos como forma de renda para as famílias aplicarem nas suas propensões a consumir (Keynes, 1936).

Para Keynes, a política fiscal é baseada fundamentalmente pelo gasto público, principalmente os investimentos do governo, não sendo necessariamente o déficit público. Assim, as ideias de Keynes propõem que a política fiscal tenha uma atuação preventiva, podendo, portanto, evitar a deficiência de demanda efetiva. Portanto, uma política fiscal baseada em déficits dos recursos públicos é recomendada, no enfoque de Keynes, apenas como último recurso, principalmente em momentos de crise econômica em andamento, quando a arrecadação tributária fica comprometida diante de baixos níveis de produção e consumo. Para que uma política fiscal expansionista, ou seja, um aumento nos gastos públicos, seja bem-sucedida em determinados cenários, a política monetária precisa atuar de forma complementar. Ao adotar medidas que injetam mais dinheiro na economia e reduzem as taxas de juros, o Banco Central torna o financiamento da dívida pública mais atrativo para os investidores. Isso ocorre porque, em momentos de incerteza, os investidores tendem a buscar ativos considerados mais seguros, como os títulos do governo. Ao reduzir os juros, o Banco Central incentiva os investidores a aplicarem seu dinheiro em títulos públicos, o que permite ao governo financiar seus gastos a um custo menor (Hermann, 2006).

A receita tributária atua como um dreno na demanda agregada, uma vez que representa uma transferência compulsória de renda do setor privado para o setor público. Essa transferência reduz a renda disponível para o consumo, inibindo a demanda por bens e serviços. Contudo, em períodos de baixa demanda, a arrecadação tributária pode incidir sobre a poupança

do setor privado, não afetando diretamente o consumo. Nesse contexto, a combinação de uma redução nos impostos e um aumento nos gastos governamentais pode estimular a demanda agregada, atuando como um estabilizador automático da economia. De acordo com Keynes, a administração do orçamento público deveria ser dividida em dois orçamentos distintos: um orçamento corrente, destinado a cobrir os gastos regulares do governo, e um orçamento de capital, direcionado para investimentos. O orçamento corrente deveria ser equilibrado ou superavitário, com a arrecadação superando os gastos, especialmente em períodos de expansão econômica. Esses superávits formariam um fundo de reserva, a ser utilizado para financiar investimentos públicos em momentos de desaceleração econômica, quando a demanda agregada é insuficiente para garantir o pleno emprego (Hermann, 2006).

Nesse contexto, a falta de demanda gera um ciclo vicioso, já que ela causa o desemprego e, conseqüentemente, queda da renda, gerando ainda menos demanda. Portanto, cabe ao Estado gerar a demanda quando o setor privado é incapaz de investir, impulsionando a atividade econômica através do efeito multiplicador. Dessa forma, cada unidade gasta de investimento público pode gerar mais do que uma unidade no aumento da produção total da economia, já que a ação do déficit público pode gerar renda para as famílias, encerrando o ciclo vicioso da crise (Keynes, 1936).

A partir dos dados apresentados no capítulo anterior é possível traçar a relação entre os benefícios sociais transferidos a partir de políticas fiscais e um efeito estabilizador na economia. Isso ocorre pelo potencial de garantir um certo nível de renda e, conseqüentemente, consumo para as famílias do país em tempos de crise econômica, como no caso da crise da pandemia da Covid-19. Com isso, o *Made/USP* utiliza artigos e estudos sobre programas sociais pré-existentes à pandemia de 2020, como aposentadoria, programas sociais de transferência de renda focalizados e seguro-desemprego, para estimar multiplicadores do efeito do Auxílio Emergencial sobre o produto na crise pandêmica (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

Leva-se em conta que o efeito multiplicador dos benefícios sociais tende a ser mais relevante em períodos de recessão econômica, pelo fato das famílias consumirem uma parte ainda mais alta dos benefícios recebidos durante a crise que enfrentam. Isso é mostrado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 realizada pelo IBGE que afirma que a propensão média a consumir de famílias que recebem até R\$ 1.908,00 mensais ultrapassa a própria unidade que recebem, enquanto famílias que recebem mais de R\$ 23.850,00 mensais têm uma propensão média a consumir apenas de 0,43. Isso significa que famílias mais pobres

tendem a consumir mais do que a própria renda recebida, enquanto famílias mais ricas vão consumir menos da metade do que recebem (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

Assim, para estimar cada choque fiscal trimestral, estima-se o efeito multiplicador acumulado até o final de 2020. Para a despesa de abril, maio e junho de 2020, os autores utilizaram o multiplicador acumulado em três trimestres acumulados até dezembro de 2020, chegando-se a um efeito multiplicador do gasto com Auxílio de R\$ 2,37 para cada real gasto com o programa. Para as despesas realizadas nos meses de julho, agosto e setembro obteve-se um efeito multiplicador do gasto em torno de R\$ 1,90 para cada real gasto. Na análise para dois anos após o choque fiscal, verificou-se o resultado de cada real gasto com programas sociais gera R\$ 2,30 em termos de consumo. No setor privado, esse resultado foi de quase R\$ 1,60 real para investimento de empresas, evidenciando o efeito dinamizador na economia brasileira a partir desses benefícios (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

Portanto, nota-se como o impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19 poderia ter sido muito maior com a ausência do Auxílio Emergencial. Os benefícios sociais transferidos para a população afetada pela recessão ajudaram a prevenir uma de 8,4% a 14,8% previstas no início da pandemia. Assim, no Brasil as políticas de benefícios sociais apresentaram um impacto intensamente relevante em termos de dinamização econômica (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

Já com o processo de recessão superado, o Estado deve gradualmente reduzir seus estímulos fiscais na economia. A retomada de crescimento indica um novo ciclo de investimento e consumo do setor privado, indicando uma menor necessidade do consumo estatal para influenciar no crescimento da demanda agregada. Caso o contrário, os gastos fiscais podem superaquecer a economia, gerando intensos processos inflacionários. A inflação ocorre diante do estímulo exagerado da demanda das famílias dentro da economia, fazendo com que ela supere a oferta de bens e serviços, pressionando os preços à uma elevação. Contudo, a redução do agente estatal deve ser gradual a fim de não interromper abruptamente a recuperação, evitando que a economia seja freada antes de alcançar um patamar de estabilidade (Keynes, 1936).

Ao contrário da teoria clássica, o equilíbrio fiscal não possui a necessidade de ser alcançado anualmente, mas sim ao longo do ciclo econômico. Como já expressado, o investimento público age de forma fundamental para estimular a demanda agregada da economia, mas ele não deve se perpetuar a longo prazo. O déficit torna-se responsável pela

dívida do Estado, ou seja, a longo prazo o governo terá que financiar a dívida através da emissão de títulos da dívida. Com isso, o pagamento de juros da dívida encurta o orçamento anual do Estado, deixando a economia ainda mais frágil, pois uma expansão fiscal em tempos de crise se torna mais inviável. Portanto, o equilíbrio fiscal torna-se desejável em tempos de expansão da economia, já que é possível gerar flexibilidade para a preparação de futuros ciclos de recessão, onde o gasto fiscal torna-se necessário novamente (Keynes, 1936).

1.2 Pós-keynesianismo e os mecanismo da política fiscal

A crise sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19 representou um dos maiores desafios para a economia global em décadas. Diante da necessidade de conter a disseminação do vírus e minimizar seus impactos econômicos, os governos em todo o mundo adotaram medidas excepcionais. O importante economista brasileiro que baseia seus ideais através do pós-keynesianismo, Luiz Fernando de Paula aponta que no Brasil, a resposta governamental se materializou em um conjunto de políticas públicas expansionistas, com o objetivo de amortecer o choque negativo sobre a demanda agregada e proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. O governo implementou medidas de transferência de renda, aumento em gastos na saúde e apoio às empresas, principalmente às de pequeno porte, como já destacado.

O multiplicador fiscal emerge como uma ferramenta analítica fundamental para avaliar a efetividade das políticas fiscais implementadas durante a pandemia. De forma simplificada, o multiplicador fiscal mede a magnitude com que uma variação nos gastos governamentais ou nos impostos impacta o PIB. Quando o governo aumenta seus gastos, destinando seus investimentos ao estímulo econômico, a renda da população aumenta, o que, por sua vez, estimula o consumo e o investimento do setor privado, gerando um efeito multiplicador sobre a economia (De Paula; Pires, 2024).

A partir disso, Luiz Fernando de Paula junto com o economista Manoel Carlos Pires discute principais mecanismos de transmissão da política fiscal, visando analisar seus efeitos de forma ampla (De Paula; Pires, 2024).

Na macroeconomia emerge um consenso que reconhece que a política monetária, embora fundamental, tem suas limitações. Quando a economia enfrenta choques severos e as taxas de juros se encontram em níveis muito baixos, a política monetária convencional atinge um limite de sua capacidade de estimular a demanda. Nesse contexto, a política fiscal emerge

como um instrumento crucial para estabilizar a economia. O multiplicador fiscal, que mede o impacto de um aumento nos gastos públicos sobre o produto, tende a ser maior em momentos de crise e quando a política monetária está limitada pela taxa de juros zero. Isso ocorre diante das condições que os agentes econômicos estão mais propensos a consumir e investir, amplificando os efeitos da política fiscal. Além disso, taxas de juros baixas reduzem o custo de financiamento da dívida pública, tornando a expansão fiscal mais sustentável. A combinação de estímulos fiscais e monetária relaxada pode impulsionar a economia e gerar crescimento, permitindo que o governo financie a dívida com os recursos provenientes do aumento da atividade econômica (De Paula; Pires, 2024).

Assim, a política fiscal torna-se essencial para o momento de crise na pandemia, já que a política monetária identificou limitações durante a crise, apesar da característica expansionista. A política fiscal consegue desempenhar papel importante diretamente sobre os setores mais afetados e atenuar o transbordamento das políticas de *lockdown* sobre os setores essenciais (De Paula; Pires, 2024).

A crise do *subprime* de 2008 impulsionou um debate mais aprofundado sobre os efeitos da política fiscal na economia. A partir da crise, o consenso moderno destaca que a eficácia da política fiscal depende de diversos fatores, e não apenas do tamanho do multiplicador fiscal. Assim, os mecanismos de transmissão da política fiscal podem ser divididos em diretos e indiretos e, a partir disso, destacar quais os mecanismos podem ser mais eficientes para atingir uma estabilização econômica. Os efeitos diretos atuam sobre a demanda agregada e o mercado de trabalho, principalmente através dos gastos do governo e das transferências de renda. Os indiretos, por sua vez, operam por meio de variáveis financeiras que acabam impulsionar a demanda agregada (De Paula; Pires, 2024).

Os gastos do governo influenciam diretamente a demanda agregada. Em momentos de crise, esses gastos podem atuar como um estabilizador econômico. As transferências de renda, como benefícios sociais e seguro-desemprego, têm alta capacidade de estimular a demanda, como foi o caso do Auxílio Emergencial e do BEm, mas a magnitude desse efeito depende do comportamento de consumo das famílias. Segundo a teoria keynesiana, as famílias tendem a consumir uma parcela significativa da renda adicional. No entanto, se as famílias seguirem a teoria da renda permanente, elas podem optar por poupar parte dessa renda, diluindo o impacto da política fiscal no curto prazo. A capacidade das famílias de suavizar o consumo ao longo do tempo é influenciada por fatores como renda, acesso ao crédito e expectativas futuras. O Auxílio

Emergencial teve impacto maior às famílias de renda mais baixa e aos trabalhadores informais, já que estes usaram do benefício para o consumo, diante da menor propensão a poupar desses indivíduos (De Paula; Pires, 2024).

A crise de 2008 e a pandemia de COVID-19, embora diferentes em suas origens, compartilham a característica de terem gerado “*credit crunches*”, ou seja, uma contração do crédito. No entanto, a natureza desses choques de crédito era distinta. Enquanto a crise de 2008 foi marcada por um problema sistêmico no setor financeiro, a pandemia gerou um aumento do risco no setor privado não financeiro, principalmente às micro e pequenas empresas. A perspectiva de muitas falências corporativas levou os bancos a restringirem o crédito, mesmo para empresas sólidas. Diante desse cenário, a oferta de crédito subsidiado emergiu como uma ferramenta essencial para evitar um colapso econômico mais amplo. Ao direcionar esses recursos para as pequenas e médias empresas, mais vulneráveis a choques de liquidez, o governo buscou proteger o tecido produtivo do país. A solução para essa condição na pandemia foi oferecer garantias de crédito, junto de outras medidas que aliviaram o fluxo de caixa das empresas, tendo em vista os benefícios de adiamento de cobrança de impostos e subsídios para reduzir os custos da jornada de trabalho (De Paula; Pires, 2024).

1.3 Novo Desenvolvimentismo e reflexo nos países em desenvolvimento

O Novo Desenvolvimentismo é uma corrente teórica do pensamento econômico que busca oferecer uma alternativa aos modelos neoliberais dominantes, especialmente nos países em desenvolvimento. Essa abordagem propõe um conjunto de políticas públicas e estratégias econômicas que visam promover o crescimento econômico de forma sustentável e inclusiva. Contudo, Keynes baseia suas teorias para superação de crises no curto prazo, buscando, principalmente, a estabilização econômica, mas o Novo Desenvolvimentismo, por sua vez, busca construir sobre os fundamentos keynesianos, mas com um foco maior no longo prazo e no desenvolvimento econômico ao longo de vários anos para as nações em desenvolvimento. (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

A defesa de políticas de austeridade, abertura comercial e desregulamentação do mercado, sobre inspirações dos princípios clássicos, feita pelo Consenso de Washington (Williamson, 1990) e que predominou a partir das décadas de 1980 e 1990, trouxe a perspectiva de prosperidade para o crescimento econômico para as nações em desenvolvimento,

especialmente aos países da América Latina. Contudo, nota-se que ao longo das décadas esses países sofreram fortemente com um processo de desindustrialização que, acompanhado por uma estrutura interna de distribuição de renda desigual, acentuou contextos de economias instáveis acompanhadas frequentemente por períodos de recessão recorrentes (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

O processo precoce de desindustrialização nos países da América Latina, especialmente no Brasil, tem origem direta com as políticas neoliberais exigidas e recomendadas por países desenvolvidos, ocasionando nas economias emergentes um crescimento baseado em *commodities*, implementação de câmbio supervalorizado e uma grande dependência de capital estrangeiro. Além disso, tais países latinos tiveram um processo de industrialização com participação intensa do estado e com políticas de protecionismo à produção interna. Porém, esse processo foi efetivado de maneiras aceleradas com baixos projetos com perspectivas no longo prazo, havendo pouca preocupação com a competitividade global, distribuição de renda e superávits nas contas públicas. Logo, a industrialização acabou gerando economias pouco eficientes e competitivas no cenário industrial global e muito endividadas, não havendo maneiras de correção dessa estrutura fragilizada a partir do neoliberalismo exigido na América Latina (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

A partir desse contexto de fragilidade e estagnação que as economias emergentes se encontram, os autores com suas ideias do Novo Desenvolvimentismo indicam a importância do papel estatal para a retomada de crescimento e aceleração do desenvolvimento desses países, principalmente impulsionando a indústria como principal fator de crescimento. Contudo, os autores também destacam a importância de medidas anticíclicas através do gasto público, já que essas nações estão mais suscetíveis a crises e sofrem de um alto grau de desigualdade de renda em suas estruturas. O Novo Desenvolvimentismo tem ligação direta com teorias do pós-keynesianismo, sendo uma ideia crítica ao neoliberalismo imposto para países em desenvolvimento (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

Com a combinação de teses e políticas ditas como essenciais nos ideais keynesianos e do Novo Desenvolvimentismo, reconhece-se que o mercado é de fato falho e, portanto, necessita-se de uma intervenção do Estado como agente para minimizar ou evitar efeitos de crise na economia, sendo o déficit público realizado pela política fiscal e os veículos da política monetária como principais meios de estimular a demanda agregada.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DA CRISE NO BRASIL

2.1 A Covid-19

O começo da segunda década do século XXI foi marcada com o início de uma das maiores crises sanitárias, sociais e econômicas da civilização humana na modernidade através da proliferação do Covid-19, tendo seu nome popularmente conhecido como coronavírus. Seu primeiro caso foi registrado em Wuhan, grande cidade chinesa localizada na província de Hubei. Devido sua característica de fácil contaminação, rapidamente a doença começou a se espalhar pelo mundo, causando pânico a quase todas as nações do globo. Com isso, no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o cenário da doença como “pandêmico”, sendo o marco inicial da convivência global com a Covid-19 (OPAS, 2023).

A doença, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, tem sintomas, comumente, de tosse seca, febre e cansaço e cerca de 80% dos indivíduos contagiados conseguem se recuperar do quadro de sintomas sem necessidades hospitalares. Contudo, a grande preocupação se encontra para aqueles denominados como grupo de risco, o que inclui idosos e portadores de doenças como, por exemplo, diabetes (OPAS, 2023). Essas condições incitaram uma situação de distanciamento social por parte da população global, a fim de evitar contatos que contribuíssem para a proliferação da doença. A primeira a tomar decisões desse tipo foi a própria República Popular da China, implementando um *lockdown* nas regiões com maiores casos de contaminação da Covid-19, impedindo o contato direto entre as pessoas nas ruas e atividade econômica cotidiana. Posteriormente, políticas semelhantes foram realizadas por diversos outros países no mundo no intuito de não colapsar os seus sistemas de saúde (Lopes *et al*, 2020).

Diante de toda essa situação, a OMS informou que até o dia 2 de novembro de 2023 foram registrados mais de 770 milhões de casos de Covid-19 no mundo todo, tendo provocado quase 7 milhões de mortes. Em números de casos, os Estados Unidos, China, Índia, França, Alemanha e Brasil lideram o *ranking* global, respectivamente (OMS, 2023). Com grande parte do mundo em alerta e implementando políticas de minimização de proliferação do coronavírus, torna-se esperado uma situação crítica na economia global. O Banco Mundial afirmou em 2020 que essa pandemia seria responsável por uma crise maior que a recessão financeira ocorrida em 2008 e 2009 e maior que a crise da América Latina nos anos de 1980 (Lopes; Abbade, 2020). No mesmo ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou uma recessão de 3,5% na

renda mundial, junto de uma estimativa de número de empregos perdidos em torno de 114 milhões, enfatizando as preocupações econômicas a serem vivenciadas no período pandêmico (Dourado *et al*, 2021).

O Brasil enfrentou problemas catastróficos quanto à proliferação do coronavírus dentro do território nacional. Até o dia 3 de novembro de 2023, o país havia registrado quase 38 milhões de casos da doença, tendo em torno de 700 mil mortes causadas pela doença. Grande parte disso pode ser justificado pelas políticas de contenção e isolamento pouco eficientes estipuladas no governo de Jair Bolsonaro. A gestão do ex-presidente foi marcada por tomadas de decisões desfavoráveis para o controle da doença, como o atraso da liberação das vacinas de prevenção do coronavírus, baixo estímulo ao distanciamento social, propaganda de tratamentos ineficazes e alguns outros fatores que contribuíram para o aumento número de casos e mortes da doença (Oliveira, 2022). Tais circunstâncias, de acordo com o FMI, contradizem a ideia de que as medidas de redução da contaminação do coronavírus poderiam auxiliar numa recuperação econômica mais rápida a médio e longo prazo, apesar de imporem problemas na economia no curto prazo. A implementação do *lockdown* e o rápido processo de vacinação criariam cenários mais favoráveis para a normalização da atividade econômica e para a retomada do crescimento (Dourado *et al*, 2021).

2.2 A crise brasileira

Diante do cenário de colapso econômico global e da crise sanitária que o Brasil se encontrava diante da baixa eficiência dos métodos de contenção da disseminação do coronavírus, o país se encontrou mais uma vez em uma situação de desequilíbrio em sua economia no ano de 2020.

Para melhor análise da crise brasileira é importante destacar primeiramente o cenário internacional com a propagação da Covid-19. A dinâmica de comércio internacional já se encontrava afetada a partir do ponto de contaminação inicial na China. Os canais de transmissão internacional foram danificados pelo *lockdown* chinês, já havendo uma queda mundial de oferta, demanda e confiança antes mesmo da doença se alastrar para os diversos países do mundo. Assim, pelo fato de a China ser a maior parceira comercial, não só no Brasil, mas como na maioria dos países emergentes, ocorreu uma fuga de capitais muito alta em um curto prazo. A economia chinesa é de suma importância para suprir a cadeia global na oferta de bens intermediários e industrializados e o efeito das restrições de isolamento criaram um choque de

oferta global, afetando o desempenho de empresas e consumidores no cenário internacional. Logo, criou-se um cenário desfavorável para a economia brasileira logo nos primeiros meses do ano de 2020, devido essa fragilização do comércio e do fluxo de capitais com a China (Dourado *et al*, 2021).

No cenário interno, o Brasil vivenciava um período de leve recuperação econômica posterior à crise em 2015 e 2016, tendo baixas taxas de crescimento do PIB nos anos de 2017 até 2019, com uma média de 1,5% ao ano mesmo com a imposição de reformas no que tange aos cenários previdenciário, trabalhista e nos gastos fiscais do governo. O mercado de trabalho brasileiro se encontrava em um estado de precarização, havendo um índice de 41,1% da população em estado de trabalho informal, além de uma taxa de 11% de desocupação ao final de 2019 (Paula, 2022).

A pandemia do Covid-19 trouxe consequências classificadas em duas ordens temporais distintas, sendo uma de efeitos de curto prazo, com o crescimento do nível de desemprego, quedas no nível de comércio e de rendimento das micro e pequenas empresas (MPE) e ampliação da desigualdade. A outra ordem está relacionada com efeitos de médio e longo prazo, o que afeta a estrutura produtiva e industrial do país (CEPAL, 2021).

Com o início da pandemia, os governos estaduais, junto com um esforço do Ministério da Saúde, efetivaram um estado de *lockdown* nos municípios ao redor do país. Apesar de contribuir para a redução da contaminação do coronavírus, tais medidas têm impactos negativos sobre o comércio e a distribuição de serviços, principalmente quando se trata da atuação de MPE. Para nível de ideia, logo na terceira semana de março, quando a pandemia ainda estava em situação inicial, empreendedores brasileiros já haviam anunciado uma queda de 64% no faturamento. Até junho de 2020, mais de 716 mil empresas brasileiras tiveram suas atividades encerradas, sendo que 99,8% delas de pequeno porte (IPEA, 2023). Com isso, já é possível perceber cenários negativos para a economia brasileira, já que esses setores foram responsáveis por quase 60 milhões dos empregos gerados no país de acordo com dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014 (Vitória, 2021).

Em um estudo formulado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o valor de estoque de capital perdido pelas MPE no período inicial da pandemia, estima-se que, em 2018, essas empresas possuíam um estoque de capital em um valor aproximado de R\$ 240 bilhões e que, com a pandemia, elas tenham perdido de R\$ 9,1 bilhões a R\$ 24,4 bilhões até junho de 2020. Isso demonstra como a crise da pandemia teve um impacto muito maior quando

se trata das micro e pequenas empresas do país em período de curto prazo, deteriorando o nível de comércio e ampliando um índice de desemprego de um dos setores mais importantes do Brasil (IPEA, 2023).

Com o mundo todo em estado crítico de incerteza econômica, as principais *commodities* brasileiras foram afetadas quanto às questões de produção e consumo global, afetando a balança comercial brasileira, que é fortemente sustentada pela exportação de gêneros agrícolas e minérios. Em 2020, o Brasil faturou US\$ 209.180.241 milhões em exportações, representando uma queda de 5,5% do valor em comparação ao ano anterior, quanto às importações, o montante identificado foi de US\$ 158.786,8 milhões, sendo uma queda de 14,6% comparando-se com 2019. No ano de 2020 a China permaneceu como a principal parceira comercial do Brasil, representando 32,3% e 23,3% das exportações e importações nacionais, respectivamente (Mota, 2021).

Em 2021, a balança comercial brasileira se recuperou fortemente do resultado mais fraco dado pela pandemia. As exportações tiveram um montante de US\$ 280.814,5 milhões e as importações foram representadas por um montante de US\$ 219.408 milhões, havendo, respectivamente, um aumento de 34% e 38,2% (Biondo; Locatelli, 2023).

Em março de 2020, na contramão do restante das economias mundiais, a China iniciou uma retomada das atividades econômicas internas, em razão da eficiência no controle de casos de Covid-19. Com a recuperação da economia chinesa, impulsionada por investimentos em infraestrutura, a demanda por produtos brasileiros se acelerou, principalmente por artigos como minério de ferro. (Mota, 2021).

Na Tabela 1, a seguir, verifica-se os dados de exportação de alguns dos principais itens da balança comercial brasileira. No ano de 2020, a soja obteve aumento de 9,1% no montante exportado, além de um aumento de 8,3% na exportação de minério de ferro, de 8,5% na exportação de carne de gado e 6,1% na exportação de açúcar. Em contrapartida, a exportação de óleos de petróleo recuou 18,9%, de milho reduziu 19,8%, de pastas químicas de madeira reduziu 20,5% e de veículos transportadores de pessoas reduziu 29%. A queda nos veículos tem relação com a baixa produtividade industrial e das grandes montadoras diante do cenário pandêmico. Além disso, tem-se a questão de os consumidores ao redor do mundo priorizarem o consumo de itens de maior necessidade, por exemplo, alimentos. Logo, os novos hábitos de consumo afetaram a dinâmica do montante dos itens da balança comercial brasileira (Biondo; Locatelli, 2023).

Tabela 1: Exportação dos principais bens na balança comercial brasileira (em milhões de dólares)

	Exportação		
	2019	2020	2021
Soja	\$ 26.077	\$ 28.564	\$ 38.639
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, cruds	\$ 24.200	\$ 19.614	\$ 30.609
Minério de Ferro e seus concentrados, não aglomerado	\$ 20.237	\$ 24.259	\$ 40.716
Milho (exceto milho doce), não moído, outros	\$ 7.212	\$ 5.786	\$ 4.098
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito	\$ 7.010	\$ 5.571	\$ 6.229
Carne de gado bovino congelada, desossada	\$ 5.635	\$ 6.663	\$ 6.956
Açúcar de cana, em bruto	\$ 4.483	\$ 7.381	\$ 7.957
Veículos automóveis para transporte de pessoas, n.e.p	\$ 3.820	\$ 2.714	\$ 3.278

Fonte: Comex Stat; elaboração própria. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>; acesso em 01/06/2024.

Em 2021, quase todos os itens atingiram um montante maior ou semelhante ao que se tinha nas exportações de 2019. O destaque vai principalmente para o minério de ferro, crescendo em 67,8% no montante em comparação com 2020. Contudo, nota-se que o milho permaneceu em queda mesmo com a retomada de crescimento da demanda mundial. Isso relaciona-se com a quebra de safra de estados como Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, afetando a exportação brasileira desse gênero agrícola (Maliszewski, 2021).

Com a economia brasileira entrando em crise, espera-se que a demanda se torne mais retraída, além de o sistema produtivo também entrar em recessão, e, conseqüentemente, a importação seja afetada. Na tabela 2, a seguir, pode-se constatar que, em 2020, quase todos os principais itens de importação da balança comercial brasileira tiveram uma redução no montante importado. Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (diesel e outros óleos) reduziram em 43,1% no montante importado, outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos reduziram em 43,8%, indicando um forte impacto no consumo de óleos e combustíveis. Veículos automotores para transporte de pessoas reduziram em 46,9% no montante importado, peças para turbojatos e turboélices reduziram em 25,6%, veículos automóveis para transporte de mercadorias reduziram em 38,6% e, por fim, o betume reduziu em 44,4%.

Tabela 2: Importação dos principais bens na balança comercial brasileira (em milhões de dólares)

	Importação		
	2019	2020	2021
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (diesel e outros)	\$ 12.984	\$ 7.388	\$ 13.436
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, cruds	\$ 4.655	\$ 2.614	\$ 3.995
Veículos automóveis para transporte de pessoas, n.e.p.	\$ 3.320	\$ 1.761	\$ 2.953
Peças para turbojatos ou turboélices	\$ 3.301	\$ 2.454	\$ 2.438
Anti-soros, produtos imunológicos modificados; vacinas	\$ 3.029	\$ 3.186	\$ 6.514
Veículos automóveis para transporte de mercadorias, n.e.p.	\$ 2.895	\$ 1.776	\$ 2.687
Betume	\$ 2.722	\$ 1.513	\$ 2.609

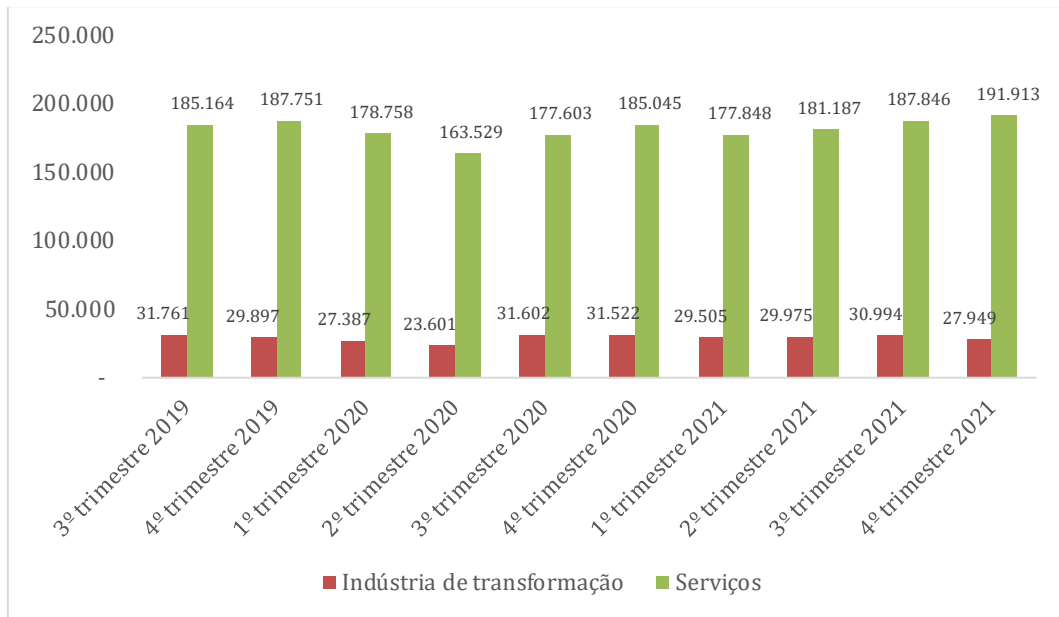
Fonte: Comex Stat; elaboração própria. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>; acesso em 01/06/2024.

A única exceção entre esses itens são os produtos médicos e da área da saúde, identificados como antissoros, produtos imunológicos modificados e vacinas. Esse item teve um aumento de 5,1% no montante importado, diante da mudança da demanda por itens de maior necessidade na pandemia (Biondo; Locatelli, 2023).

Já em 2021, iniciou-se o processo de vacinação no Brasil e voltou-se a ter uma economia mais fomentada, implicando no crescimento da demanda e da importação no país. Algo que auxiliou esse crescimento foi a implementação temporária de alíquota zero para a importação de produtos essenciais na pandemia, facilitando a importação de máscaras, vacinas, testes para Covid-19 e outros produtos. O resultado pode ser exemplificado no fato de que o montante de vacinas importadas em 2021 foi de US\$ 3.411 milhões (Biondo; Locatelli, 2023).

Tratando-se da estrutura produtiva brasileira, sabe-se como ela vem passando por um grau de desindustrialização ao longo das últimas décadas (Ferraz, 2021). As medidas de distanciamento social têm efeitos diretos na atividade da indústria e dos fornecedores de serviços brasileiros. Com o Gráfico 1 é possível notar a variação dessas atividades ao longo do período pandêmico.

Gráfico 1: Valor adicionado ao PIB da indústria de transformação e serviços (em milhões de reais)



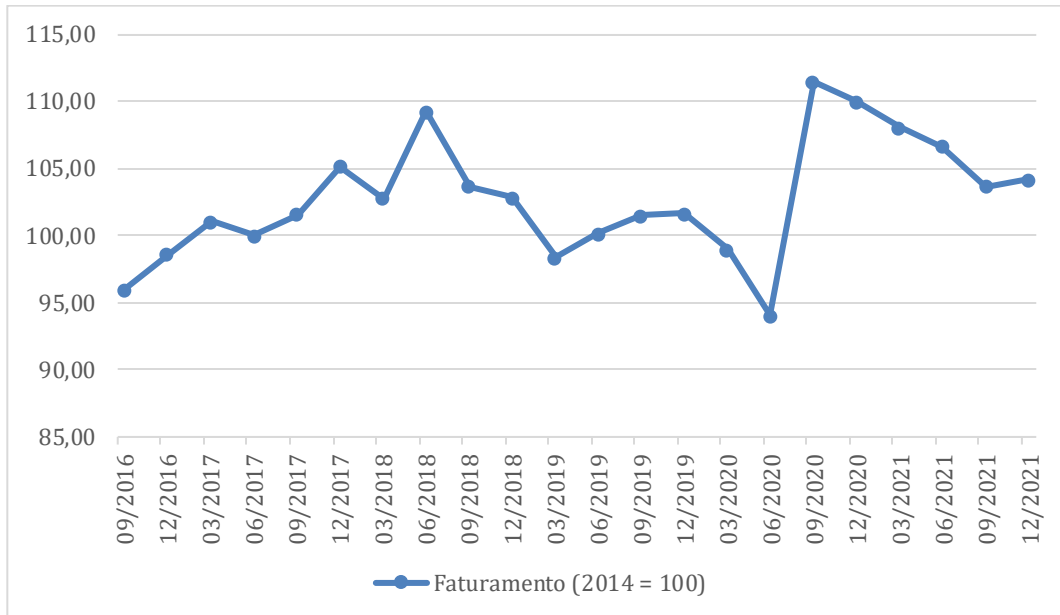
Fonte: SIDRA; elaboração própria. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6612>; acesso em 04/11/2024.

O valor adicionado ao PIB do setor da indústria de transformação no Brasil começou a ter efeitos negativos logo no último trimestre de 2019, sendo o período de disseminação da doença na China. Esse cenário de baixo desempenho perpetuou até o segundo trimestre de 2020, apresentando uma recuperação ainda no mesmo ano. O setor de serviços apresentou estatísticas semelhantes, sendo fortemente afetado ao longo de 2020, principalmente no primeiro e segundo trimestre do ano, sendo sua recuperação apresentada apenas ao final do mesmo ano. Entre dezembro de 2020 e março de 2021 percebe-se um outro declínio nas atividades desses dois ramos econômicos apresentados, diante da retomada de medidas de distanciamento social e com um aumento de casos expressivos do coronavírus no país. Em 2020, o desempenho industrial brasileiro recuou 3% ao longo do ano (IBGE, 2022).

Para melhor análise da indústria de transformação brasileira, pode-se analisar a pesquisa da sondagem especial sobre a situação da indústria no país realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No levantamento, 71% das empresas da indústria de transformação citaram que o faturamento é um dos principais impactos negativos causados pela crise, enquanto a indústria da construção e a indústria extrativa apontaram um percentual de 67% e 51% respectivamente (CNI, 2020). O Gráfico 2 evidencia como a queda no faturamento

do segmento da indústria de transformação nos primeiros meses de pandemia foi ainda pior que a do ano de 2016, o qual foi marcado pela recessão econômica brasileira anterior.

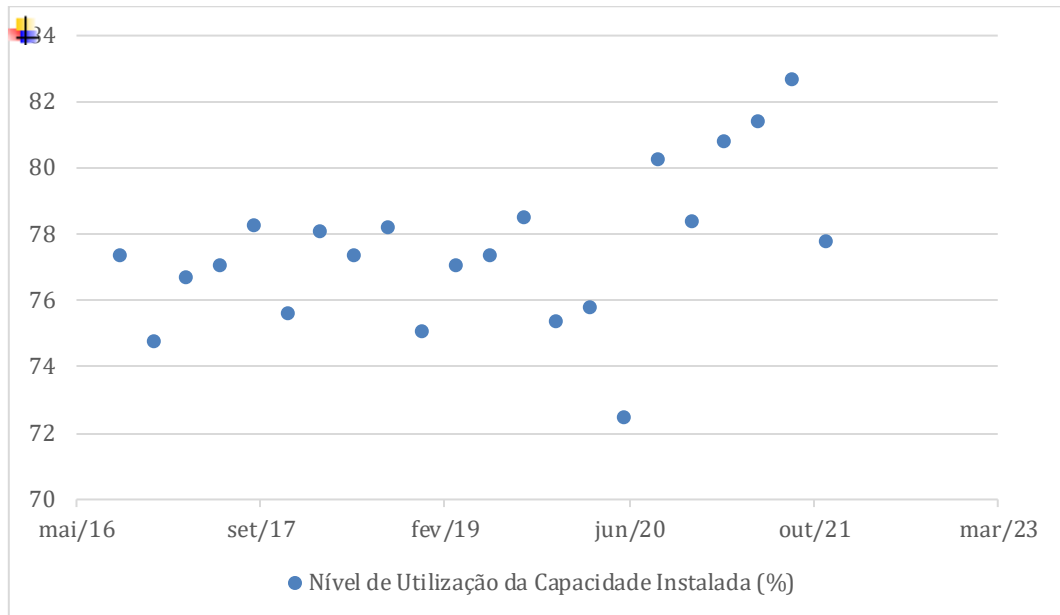
Gráfico 2: Faturamento real da indústria de transformação no Brasil (2016-2021) (Índice 100 no ano de 2014)



Fonte: Confederação Nacional da Indústria; elaboração própria. Disponível em: <https://indicadores.sistemaindustria.com.br/indicadores/externo/estatistica> Acesso Sistema Externo.faces; acesso em 14/05/2024.

Já no Gráfico 3 é possível observar o comportamento do nível de utilização da capacidade instalada do setor ao longo dos anos, percebendo que, assim como foi mostrado no Gráfico 2, a produção das empresas nesse ramo foi afetada nos primeiros meses do período pandêmico, o que acaba por afetar o faturamento das empresas. Esse choque na produção está diretamente atrelado à queda no consumo das famílias que ocorreu nesse período, a qual recuou 4,5% no ano de 2020 (IBGE, 2022). De acordo com a pesquisa da CNI, 76% das empresas informaram que houve queda na demanda pelos seus bens produzidos, sendo que apenas os setores de higiene pessoal, perfumaria e limpeza (HPPC) e o setor de farmoquímicos e farmacêuticos tiveram empresas que informaram que houve um aumento na demanda (CNI, 2020).

Gráfico 3: Nível de utilização da capacidade instalada brasileira (2016-2023) (em %)

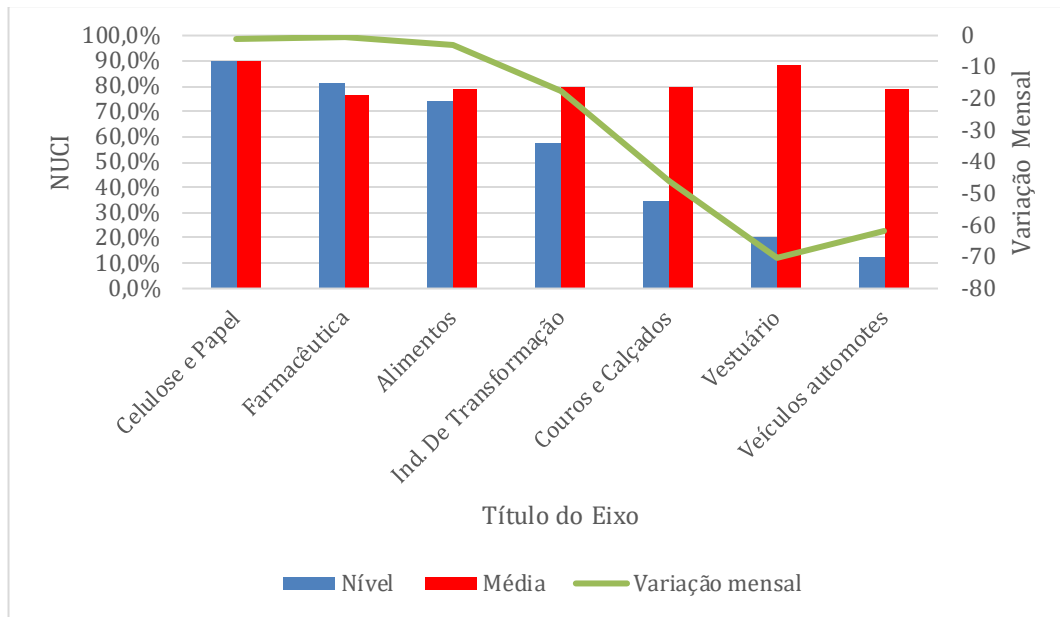


Fonte: Confederação Nacional da Indústria; elaboração própria. Disponível em: <https://indicadores.sistemaindustria.com.br/indicadores/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>; acesso em 14/05/2024.

Portanto, nota-se o cenário de algumas das principais atividades produtivas do Brasil, tendo suas principais consequências ainda no ano de 2020, com uma retomada de atividades a nível pré-pandemia em meados de 2021 (Iasco-Pereira *et al*, 2022).

No Gráfico 4, mostra-se o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) em alguns setores selecionados da indústria de transformação brasileira. Até março de 2020 alguns setores possuíam um NUCI com variações mensais próximas a zero e, mesmo com o início da pandemia, não tiveram uma variação significativa nos seus níveis produtivos no mês de abril, tendo NUCI próximas à média do setor registrado entre janeiro de 2001 a março de 2023, como é o caso do setor de celulose e papel, farmacêutico e alimentos. Tal fato está relacionado com os bens produzidos nessa indústria serem caracterizados como essenciais no tempo de pandemia, por auxiliarem na redução de contaminação ou no tratamento da doença em si. Contudo, nota-se que os outros segmentos apresentados foram fortemente afetados, por exemplo, os setores de couros e calçados, vestuário e veículos automotores apresentaram NUCI baixíssimos em comparação com a média apresentada (FGV, 2020). Tais setores tiveram um choque negativo muito alto na demanda, implicando em produções e faturamentos menores (CNI, 2020).

Gráfico 4: Nível de utilização da capacidade instalada em setores selecionados em abril de 2020 (nível, média e variação mensal) (em %)

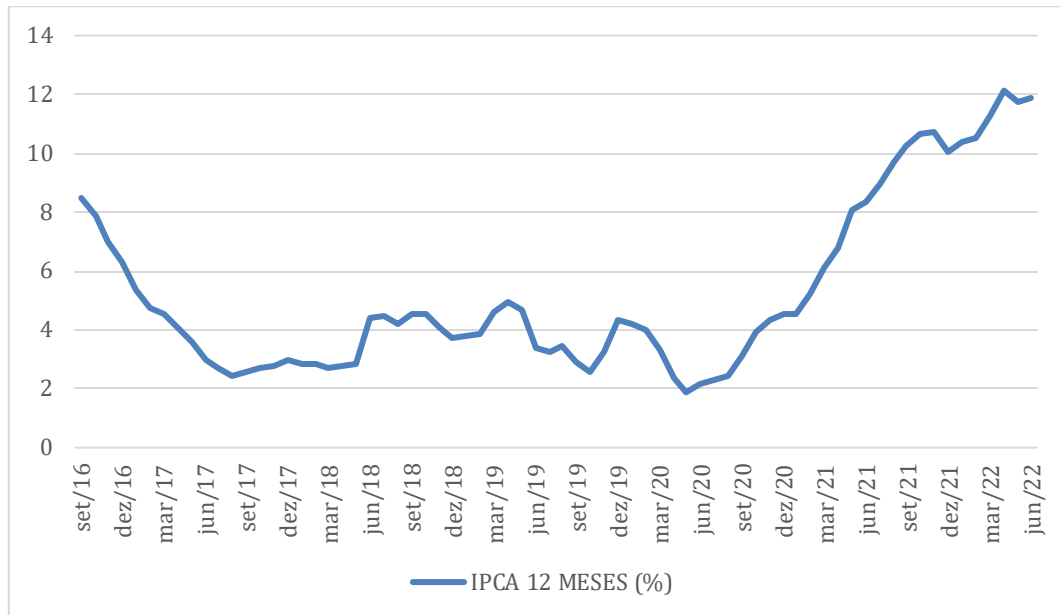


Fonte: FGV/IBRE. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/impactos-pandemia-covid-19-sobre-nivel-utilizacao-capacidade-instalada-industria>; acesso em 14/05/2024.

O mercado consumidor brasileiro também foi altamente prejudicado durante a pandemia. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrado pelo IBGE, indicou um aumento de 4,52% no nível dos preços no ano de 2020 e de 10,06% no ano de 2021. Sendo que, em 2021, o resultado do IPCA foi acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que havia sido estipulada em 5,25% (IBGE, 2022). Tais índices elevados se deram diante da forte desvalorização cambial e do choque de demanda das *commodities* no cenário mundial durante a pandemia (Conceição; Xavier; Jorge, 2022).

Antes da pandemia, entre os anos de 2016 e 2019, os índices inflacionários se contiveram em níveis baixos, mesmo que parte dos bens que compõem o valor do IPCA tenham se encontrado acima do valor da inflação. Essa tendência se manteve semelhante à dos primeiros três meses de pandemia no Brasil, como é expresso no Gráfico 5 (Dos Santos; Kappes, 2022).

Gráfico 5: Acumulado IPCA em 12 meses (2016-2022) (% a.m.)



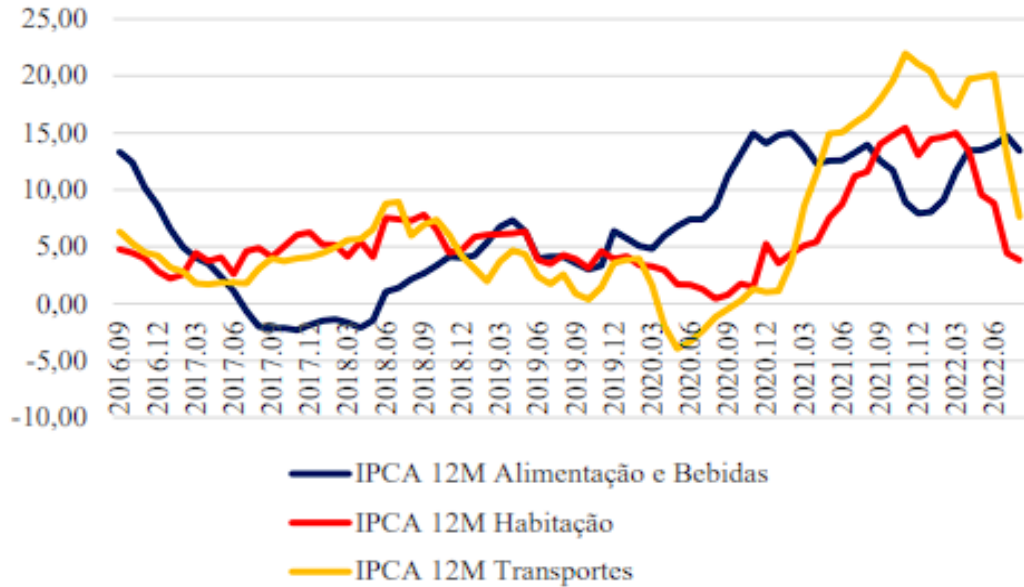
Fonte: IBGE; elaboração própria. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>; acesso em 04/11/2024.

A variação de queda na inflação brasileira está relacionada à questão do isolamento social e paralisação das atividades econômicas não essenciais, com o início da pandemia no ano de 2020. Essa circunstância acabou por gerar uma queda na oferta e demanda de bens dentro do país, conseqüentemente, implicando em baixos aumentos nos níveis de preços (Dos Santos; Kappes, 2022). Contudo, o Gráfico 5 também expressa que o início de uma disparada no nível do IPCA acumulado em 12 meses se iniciou a partir de agosto do mesmo ano, mantendo esse patamar elevado com uma taxa superior à 10% até março de 2022.

As classes de rendas mais baixas foram as mais prejudicadas pela inflação no Brasil, já que a principal gama de produtos consumidos por essas famílias foram as mais afetadas pela alta nos preços. Desde o começo da pandemia até o final de 2021, o preço dos alimentos cresceu 21,39%, enquanto os custos de habitação foram elevados em 15,39% e o preço dos transportes elevou-se em 19,7%. O nível de renda dos brasileiros também foi afetado, identificando-se uma baixa de 10,2% no rendimento médio da população no Brasil. (Conceição *et al*, 2022).

Além disso, esses grupos de bens compostos no cálculo geral do IPCA foram os mais expressivos ao longo do período pandêmico. No Gráfico 6 é possível analisar a série histórica da variação percentual do nível de preço dos grupos de alimentos e bebidas, habitação e transporte.

Gráfico 6: IPCA acumulado em 12 meses dos grupos de alimentos e bebidas, habitação e transporte (2016-2022) (% a.m.)



Fonte: Dos Santos e Kappes (2022, p. 10).

A situação do setor externo acaba sendo o principal fator de contribuição para a alta dos níveis de preços desses três grupos do IPCA. A partir dos primeiros meses de pandemia, o real passou por uma forte desvalorização frente ao dólar diante do cenário de risco que o mundo se encontrava em 2020. Nessa situação, os investidores estrangeiros tendem a preferir retirar seus investimentos dos países emergentes e levá-los para os países, em grande parte, desenvolvidos, por serem considerados mercados mais seguros. Com isso, o dólar acaba sendo mais escasso dentro do Brasil, ocorrendo a desvalorização do real, fazendo com que a importação de bens relacionados a esses grupos, como alimentos e petróleo para a produção de combustíveis fósseis, se tornasse consideravelmente mais cara, impactando no nível dos preços (Mota, 2020). Além disso, há o fato desses três grupos – alimentação e bebidas, habitação e transportes – serem dependentes de bens com preço determinado externamente, que se elevaram frente à instabilidade da produção mundial. Isto é, *commodities* como os alimentos derivados de grãos, o barril de petróleo e outros componentes. Para nível de ideia, apesar do preço do petróleo ter caído em 2020, em 2021 o preço do barril havia aumentado em mais de 40%, fazendo com que combustíveis, como gasolina e diesel, ficassem com preços elevados (Dos Santos; Kappes, 2022).

Portanto, evidenciam-se os fatores que elevaram o IPCA durante a pandemia, principalmente no ano de 2021 e como as condições de desvalorização cambial e flutuação do preço de *commodities*, as quais acabaram sendo influenciadas pelo cenário internacional preocupante, foram responsáveis pelo choque no nível dos preços no Brasil.

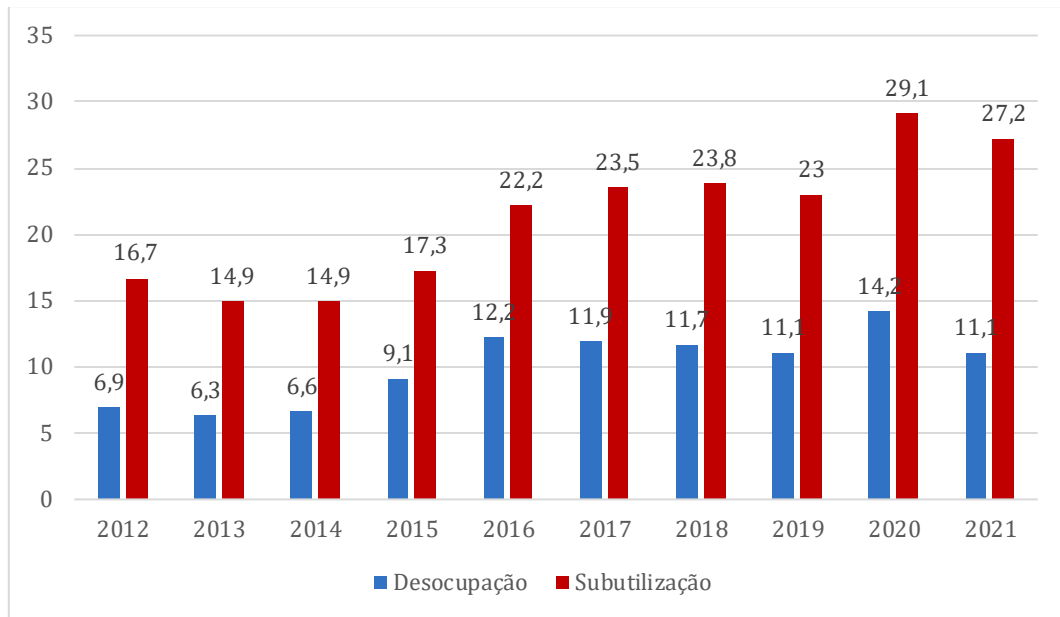
Todas essas condições de baixo rendimento produtivo industrial e de fornecimento de serviços, junto da precarização do estado das MPE e do comércio brasileiro caracterizam a crise econômica brasileira. Em 2020 e 2021, a taxa de crescimento do PIB no Brasil foi de -3,3% e 4,8% respectivamente. A retomada do crescimento no ano de 2021 é explicada pela normalização da atividade econômica de diversos setores a partir do processo de vacinação, permitindo que diversos setores industriais, de comércio e de serviços retomassem o crescimento (Vieceli, 2023).

A crise sanitária também deixou marcas profundas no mercado de trabalho brasileiro. Segmentos que exigem a presença física, tanto de clientes quanto de trabalhadores, sofreram com o efeito da acentuação do nível de desemprego, principalmente com efeitos imediatos no setor de serviços, como, por exemplo, cinemas, restaurantes, aviação, hotelaria e diversos outros (Bridi, 2020).

O mercado de trabalho já era um meio altamente fragilizado por conta da crise brasileira anterior em 2015 e 2016 e, posteriormente, pela reforma trabalhista estabelecida no governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), empregando uma maior flexibilização de contratos de trabalho, da desregulamentação laboral e da responsabilização individual pelo desemprego. Essa perspectiva contrastou com o cenário trabalhista relativamente favorável vivenciado no período entre 2003 e 2014, no qual houve a criação de mais de 21 milhões de novos postos de trabalho formal (Bridi, 2020).

No Gráfico 7 é possível analisar as condições do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos de 2012 até 2021, através da série histórica da taxa anual de desocupação e subutilização da força de trabalho. A taxa de desocupação não é suficiente para analisar as condições da força de trabalho brasileira, pois trata-se de um indicador baseado apenas na força de trabalho em situação de desemprego, logo há a implementação da taxa de subutilização, a qual indica os trabalhadores ocupados que não trabalharam por horas suficientes (Bridi, 2020).

Gráfico 7: Taxa percentual anual de desocupação e subutilização da força de trabalho (2012-2021) (em %)

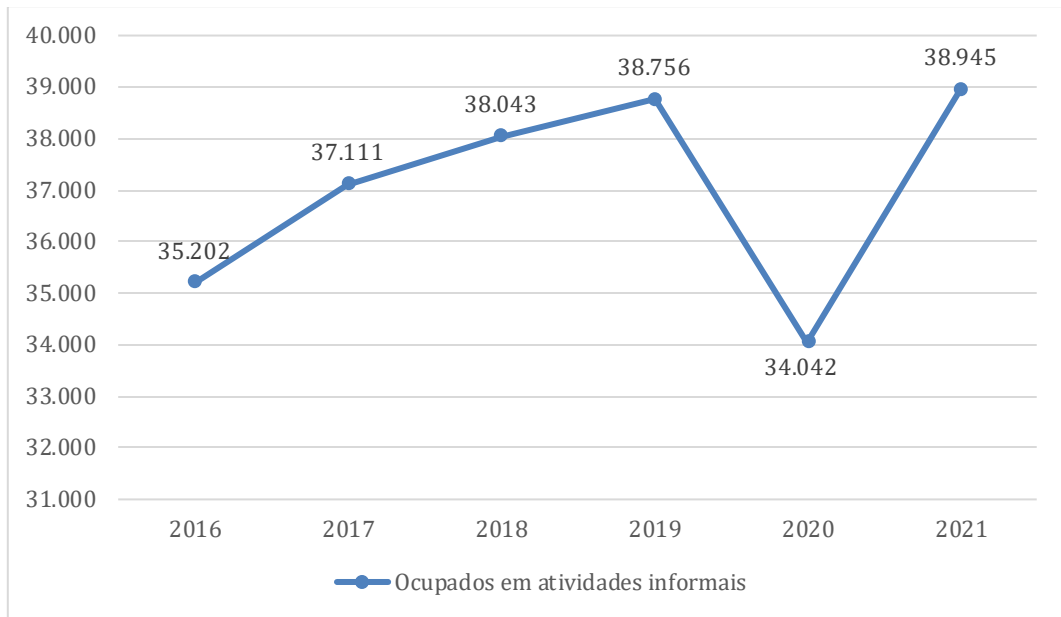


Fonte: PNADC/IBGE; elaboração própria. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>; acesso em: 01/07/2024.

Nota-se como a taxa percentual de ambos os indicadores começou a aumentar a partir de 2015, em um contexto de crise econômica e política no Brasil. Esses valores permaneceram elevados até 2019 e com alta tendência de elevação ao longo dos anos, contudo, a partir de 2020 os indicadores alcançam valores recordes no período evidenciado de 2012 a 2021 a partir do contexto da pandemia. A taxa de desocupação cresceu 3,1 pontos percentuais e a taxa de subutilização cresceu 6,1 pontos percentuais, indicando um claro impacto da crise sanitária dentro do mercado de trabalho brasileiro, o qual já havia sido fragilizado ao longo da segunda metade da década de 2010. Em 2021, o nível de desocupação volta a ter o mesmo valor do ano de 2019 e a taxa de subutilização recua 1,9 ponto porcentual dado ao cenário de leve recuperação da crise pandêmica (Bridi, 2020).

Outro indicador importante para verificar a precarização do mercado de trabalho brasileiro na pandemia é o número de trabalhadores ocupados em atividades informais, como segue no Gráfico 8:

Gráfico 8: Número de trabalhadores ocupados em atividades informais (2016-2021) (em milhares de pessoas)



Fonte: PNADC/IBGE; elaboração própria. Disponível em <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>; acesso em 12/06/2024.

A informalidade apresentou tendência de crescimento no mercado trabalhista do Brasil a partir de 2016. Portanto, o grau de precarização no setor, apesar de ter passado por um processo de queda dos anos de 2003 a 2014, aumentou (Bridi, 2020). Contudo, em 2020 percebe-se uma queda de 12,1% no número de trabalhadores informais, sendo bem maior que a queda de 4,2% no emprego formal, o que nos indica que os trabalhadores com condições mais flexíveis e precárias em direitos foram mais afetados a partir da pandemia da Covid-19 (Barbosa; Peruchetti, 2021). Em contrapartida, em 2021, o número de trabalhadores informais aumentou em 14,4%, ficando acima do valor antes da pandemia. Entretanto, é válido ressaltar que, apesar de haver um maior número de pessoas em atividade laboral no Brasil no ano de 2021, a renda média caiu 7% no mesmo ano, apontando para a qualidade do mercado de trabalho brasileiro nos anos de pandemia, (Nuzzi, 2022).

CAPÍTULO 3: MEDIDAS MACROECONÔMICAS PARA MINIMIZAR A CRISE NO BRASIL

A proliferação da doença da Covid-19 apontou a necessidade de governos de diversas nações do mundo implementassem medidas de auxílio sanitário e econômico. Se por um lado as medidas de distanciamento social e a paralisação do trabalho presencial, nos setores classificados como não-essenciais, eram fundamentais no combate e minimização dos danos causado pela doença, por outro logo impactaria na renda familiar e na estabilidade financeira das empresas. (Toneto; Cardomingo; Carvalho, 2021). Por isso, as medidas fiscais foram utilizadas na contenção dos impactos econômicos. No Brasil, em 2020, o Banco Central consultou diferentes instituições financeiras sobre as projeções do PIB brasileiro no cenário da pandemia. O menor valor atribuído e divulgado no Boletim Focus¹, por exemplo, no início da pandemia foi de uma queda de 11% do PIB, sendo que o valor percentual final apontado pelo IBGE foi de uma queda de 3,3% em 2020 (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

A grande diferença entre o resultado estimado inicialmente e o resultado que ocorreu de fato no final de 2020 no Brasil tem relação direta com os estímulos fiscais implementados pelo governo brasileiro. De acordo com o FMI, o Brasil foi colocado como a 17^o nação com o maior gasto fiscal durante a pandemia (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021). Em abril de 2020 o governo federal anunciou as principais medidas econômicas para tentar minimizar os impactos da crise pandêmica, dentre elas têm-se antecipação do Abono Salarial, saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), antecipação do décimo-terceiro salário de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e diversas outras medidas (Fernandes; Fermentão, 2020). Em 2020, o valor total de despesas públicas destinadas apenas ao combate à pandemia foi de R\$ 524,02 bilhões, equivalente a 15,32% do gasto público total no ano e em 2021, o valor total de despesa para a mesma área foi de R\$ 116,2 bilhões, equivalente a 3,1% do gasto público total (Portal da Transparência, 2022).

Comparando com cenários internacionais, a China, sendo o epicentro da crise sanitária causada pela Covid-19, adotou medidas fiscais e parafiscais que totalizaram cerca de US\$ 1,1 trilhão no ano de 2020, equivalente a cerca de 7,5% do PIB. O país apresentou um crescimento de 2,3% em 2020, mesmo tendo uma retração de 6,8% no PIB no primeiro trimestre do mesmo

¹ O Boletim Focus é uma publicação do Banco Central do Brasil que resume as expectativas do mercado sobre algumas variáveis econômicas. Disponível em: [Focus - Relatório de Mercado](#). Acesso em: 07/11/2024.

ano. Nos Estados Unidos foi estipulado um conjunto de leis, gastos e renúncias fiscais que totalizaram um recurso de US\$ 3,5 trilhões, cerca de 16,71% do PIB para o enfrentamento à crise pandêmica. O país identificou uma queda de 34,3% do PIB no segundo trimestre de 2020, mas com a implementação dos maiores incentivos fiscais e monetários da história dos Estados Unidos foi possível uma minimização com uma queda de 3,5% ao final do ano, sendo que, de acordo com o FMI, as expectativas eram de uma perda de 9% a 10% (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

Os casos mencionados anteriormente, tanto os estímulos fiscais brasileiro quanto internacionais, associam-se diretamente com a utilização da política macroeconômica como instrumento de sustentação da demanda agregada, sendo uma das principais bases teóricas do keynesianismo, caracterizando-se, portanto, em ações anticíclicas feitas pelo estado para conter os impactos na economia. Logo, o déficit público desses países passa a ser justificável, já que se tornam o principal instrumento para restabelecer o equilíbrio econômico (Libânio, 2020). Assim, neste capítulo destacaremos três medidas adotadas pelo governo brasileiro: o Auxílio Emergencial, o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda e a política monetária, bem como seus principais efeitos sobre o nível de atividade econômica.

3.1 Auxílio Emergencial

A política econômica mais importante anunciada pelo governo brasileiro nesse contexto de pandemia foi o programa do Auxílio Emergencial, que foi planejado e implementado com o objetivo de garantir uma renda mínima para a população desassistida e mais vulnerável no contexto, como trabalhadores autônomos e desempregados. O Auxílio Emergencial, que partiu de uma proposta inicial do governo no valor de apenas R\$ 200, aumentou para R\$ 600 após contraproposta do Congresso Nacional e pressão da oposição. Assim, a política foi implementada em três etapas ao longo de 2020 e 2021, em que a primeira etapa incluiu cinco parcelas de R\$ 600, a partir de abril de 2020. A segunda etapa teve início em setembro de 2020, aplicando mais quatro parcelas de R\$ 300. As duas etapas permitiam que dois indivíduos de uma mesma família teriam direito ao auxílio, além de que famílias monoparentais chefiadas por mulheres recebiam duas cotas, uma de R\$ 1200 e outra de R\$ 600. As duas etapas somadas alcançaram 67,9 milhões de brasileiros beneficiados pelo programa (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

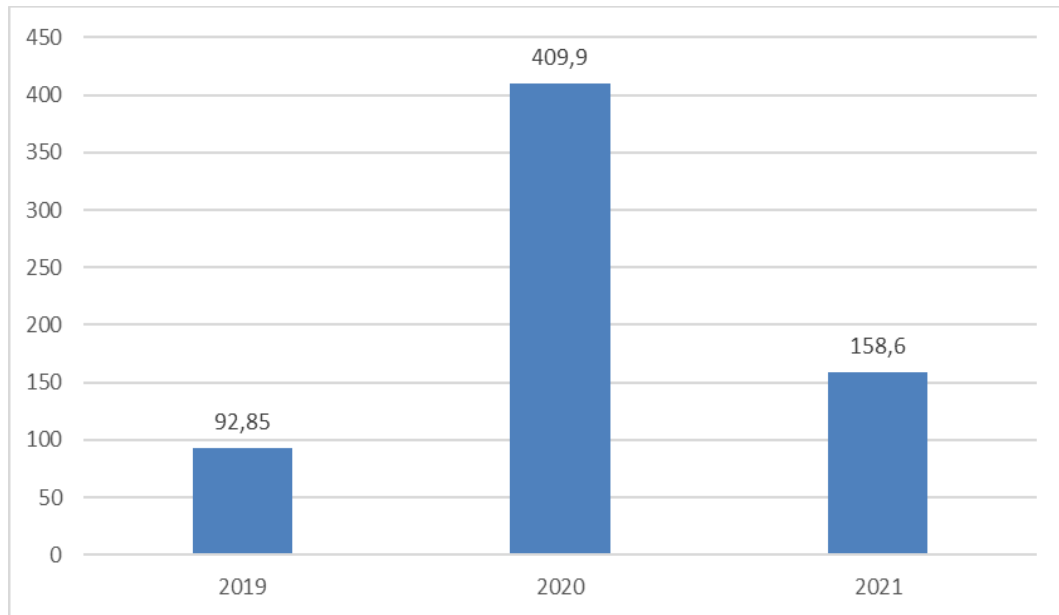
Por último, a terceira etapa foi implementada ao final do primeiro trimestre de 2021. Foram transferidas parcelas de R\$ 150 para indivíduos que vivem sozinhos, R\$ 250 para famílias com duas ou mais pessoas e R\$ 375 para famílias monoparentais chefiadas por mulheres, porém, apenas um membro da família poderia receber o auxílio. Nessa etapa, cerca de 46 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo programa. Contudo, a Emenda Constitucional 109² limitou o gasto fiscal com essa etapa em até R\$ 44 bilhões. Em 2020, o gasto foi em torno de R\$ 293 bilhões, o que representou 56% dos gastos totais com a pandemia e 80% do gasto com políticas de transferência de renda (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

Nas simulações realizadas pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Universidade de São Paulo (USP), o PIB brasileiro poderia ter caído entre 8,4% e 14,7%, no ano de 2020, caso nenhuma medida tivesse sido tomada. Do mesmo modo que se estimou uma queda percentual entre 11% e 14,7% no consumo das famílias. Mas os gastos com o Auxílio Emergencial, que representaram cerca de 4,1% do PIB brasileiro em 2020, e evitaram esse cenário, resultando em índices menores que os projetados. Assim, o Auxílio se tornou o maior programa de transferência de renda da história do país, tendo atingido mais de 75 milhões de brasileiros até setembro de 2020 (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

O Gráfico 9 mostra a despesa do governo brasileiro com assistência social. Cabe salientar que para os anos de 2020 e 2021 grande parte desta foi composta por gastos com o programa do Auxílio Emergencial e com o Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e de Renda. De 2019 para de 2020, o gasto com essa área aumentou em cerca de 340% por conta da despesa expressiva para o enfrentamento da crise econômica causada pela pandemia. Contudo, esse valor reduziu em cerca de 61% em 2021 com transferências do Auxílio Emergencial em valores mais baixos e melhor desempenho econômico, porém o valor ainda se situa acima do que é verificado no ano de 2019 (IBGE, 2022).

² Disponível em: [Planalto - Emenda Constitucional n° 109](#). Acesso em 11/11/2024.

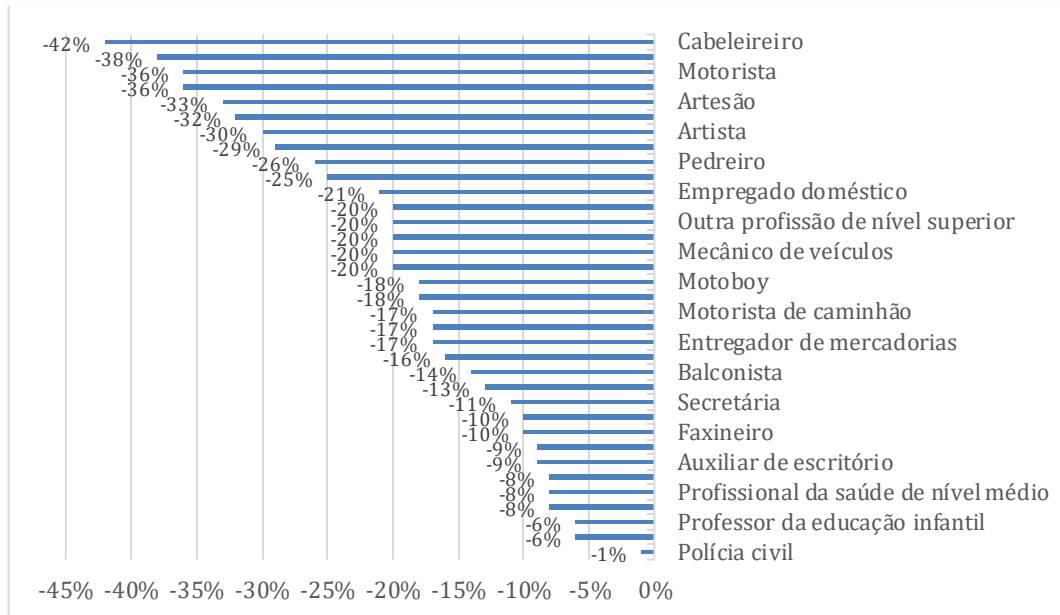
Gráfico 9: Despesa do governo para a área de assistência social (2019-2021) (em bilhões de reais)



Fonte: Portal da Transparência; elaboração própria. Disponível em: <https://portalda transparencia.gov.br/funcoes/08-assistencia-social>; acesso em 28/06/2024.

Em um estudo publicado pelo Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem-se o aprofundamento dos efeitos da implementação do Auxílio Emergencial sobre a renda dos trabalhadores brasileiros. Desconsiderando o Auxílio, a perda média de renda dos trabalhadores gerais do país foi em torno de 18%, apresentando grande variação dependendo do tipo de trabalho, como observado no Gráfico 10 (Gonzalez; Barreira, 2020).

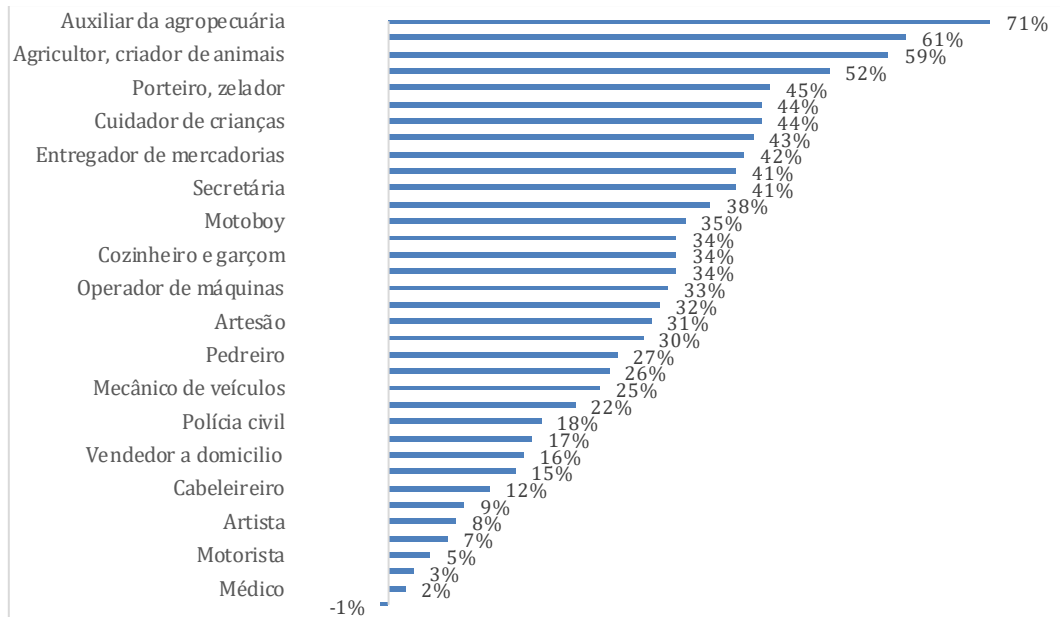
Gráfico 10: Perda de renda sem o Auxílio Emergencial por tipo de trabalhador em 2020 (em %)



Fonte: PNADC/IBGE; elaboração própria. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=28055&t=microdados>; acesso em 27/06/2024.

Contudo, o Gráfico 11 mostra que, na média, o ganho de renda para os trabalhadores gerais com o Auxílio Emergencial para todos os tipos de trabalho é 24% maior. Logo, é evidente que o programa compensou as perdas de renda no trabalho agregado da população brasileira (Gonzalez; Barreira, 2020).

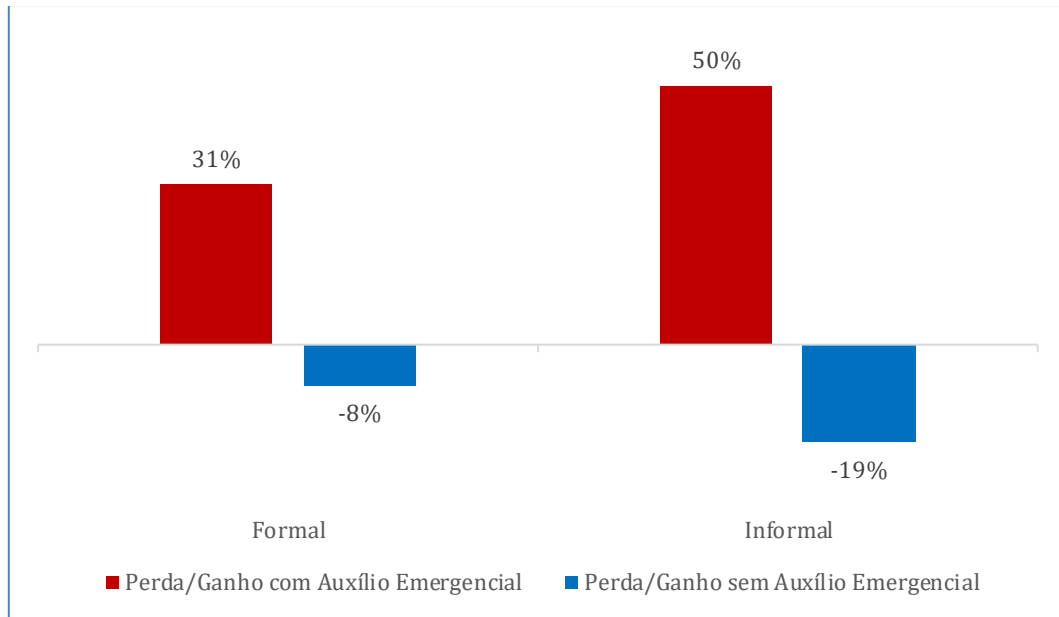
Gráfico 11: Ganho/perda de renda com o Auxílio Emergencial por tipo de trabalhador em 2020 (em %)



Fonte: PNADC/IBGE; elaboração própria. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=28055&t=microdados>; acesso em 27/06/2024.

Reforçando ainda mais a importância do Auxílio Emergencial para os trabalhadores do Brasil, o Gráfico 12 demonstra o ganho e a perda de renda para os trabalhadores formais e informais, tanto com como sem o recebimento do Auxílio. Nota-se como os trabalhadores informais teriam sido mais afetados pelos impactos negativos na economia brasileira quando comparados com os trabalhadores formais, com uma perda de renda quase 2,5 vezes maior que a perda de renda dos trabalhadores formais. Contudo, a implementação do Auxílio Emergencial realizou um efeito de ganho de renda de 50% para essa população, além de também aumentar a renda dos trabalhadores formais em 31%, evidenciando efeitos positivos na renda de ambas as categorias trabalhistas (Gonzalez; Barreira, 2020).

Gráfico 12: Ganho/perda de renda com e sem o Auxílio Emergencial para trabalhadores formais e informais em 2020 (em %)



Fonte: PNADC/IBGE; Gonzalez; Barreira, 2020; elaboração própria. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=28055&t=microdados>; acesso em 27/06/2024.

3.2 Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda

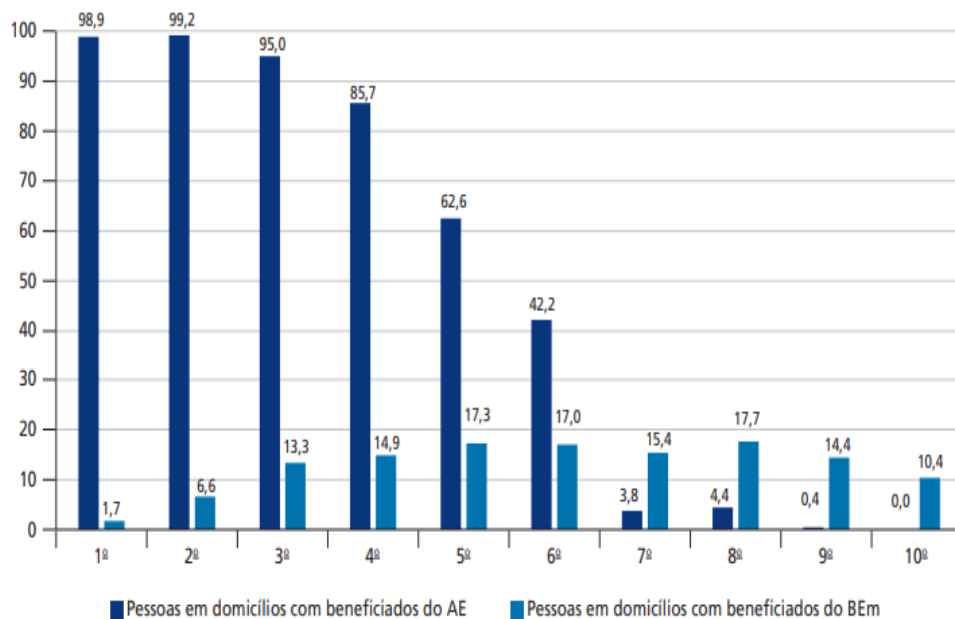
O Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (BEm), implementado em 1 de abril de 2020, foi responsável por cerca de 6,4% dos gastos totais da União com as medidas sanitárias e econômicas contra a crise da Covid-19, representando R\$ 33,5 bilhões. Esse benefício, focado em auxiliar os trabalhadores, permitia que, através de acordos individuais ou coletivos, o empregador suspendesse contratos em andamento em até 60 dias com seus trabalhadores, ou reduzisse a jornada de trabalho e salário em até 90 dias. Dessa forma, o trabalhador recebia o benefício correspondente ao seguro-desemprego que teria direito caso fosse demitido, além de ter o emprego garantido durante a vigência dos acordos e por um período igual após o término dos mesmos (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

Em caso de contratos suspensos, trabalhadores de empresas com renda bruta inferior a R\$ 4,8 milhões teriam acesso ao benefício da União equivalente ao valor total do seguro-desemprego. Se a empresa tivesse renda bruta superior a 4,8 milhões, ela teria que arcar com 30% do valor do seguro-desemprego, enquanto 70% seria entregue pelo governo federal. No caso da quedadas jornadas de trabalho, o programa previa reduções de 25%, 50% e 70% de

jornadas e salários. Por exemplo, o trabalhador que aceitou o acordo de redução de 50% da jornada de trabalho teria seu salário integral, em que 50% seria pago pela empresa na qual trabalha e 50% pelo seguro-desemprego. A partir desses fatores o BEm permitia manter o vínculo empregatício durante o período da pandemia (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

O BEm evidentemente direciona-se a auxiliar a parte da população empregada formalmente, ou seja, com carteira assinada. Com isso, seus impactos vão ser evidentes em uma parcela da população distinta da qual o Auxílio Emergencial beneficiou. Isso se justifica pelo fato do Auxílio ter focado principalmente em trabalhadores autônomos e trabalhadores informais, os quais possuem renda domiciliar mais baixa. Tal explicação é representada pelo Gráfico 13 (Costal et al., 2022), a seguir:

Gráfico 13: Potenciais beneficiários do Auxílio Emergencial e BEm nos décimos da população por Renda Domiciliar *Per Capita* (maio 2020) (Em %)



Fonte: PNADC; Costa et al. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11654/1/BMT74_analise_incidencia.pdf, acesso em: 23/08/2024.

Com isso, nota-se como o Auxílio Emergencial beneficiou uma parcela bem maior da população em comparação com o BEm. Os indivíduos residentes na parcela até o quarto décimo dos domicílios com menor renda média per capita, aproximadamente 85% foram beneficiadas e/ou moram com pelo menos alguém que tenha sido beneficiado pelo Auxílio, diminuindo a

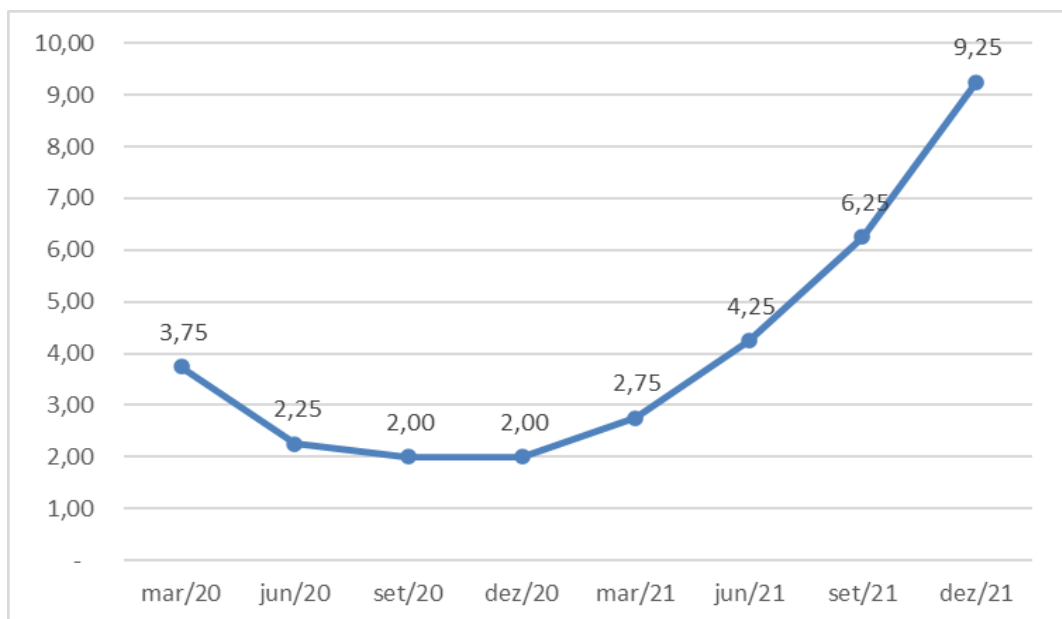
taxa a partir do quinto décimos, enquanto o BEm, menos de 10% das pessoas nesses domicílios entre o terceiro e o nono décimos são identificadas como potencialmente beneficiadas. Contudo, nota-se que o BEm teve taxas mais constantes ao decorrer de níveis dos níveis de renda, enquanto o Auxílio Emergencial tem uma tendência de queda quanto maior o nível de renda (Costal *et al.*, 2022).

3.3 Política monetária

A política monetária foi outro importante instrumento para minimizar os impactos econômicos gerados pela pandemia da Covid-19. O Banco Central do Brasil focou em garantir estabilidade, liquidez e capitalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, desta forma, também garantir a fluidez dos canais de crédito (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

A política de juros seguiu inicialmente com a tendência global de queda de suas taxas. No período entre agosto de 2020 e março de 2021 a taxa de juros alcançou o menor patamar de sua história, estando no nível de 2% ao ano. Após esse período, o Comitê de Política Monetária (COPOM) avaliou que a taxa vigente no país se encontrava demasiadamente baixa, visto que o país estava começando a receber efeitos de pressões inflacionárias ocasionadas pela desvalorização cambial e o aumento dos preços das *commodities*, fazendo com que a taxa de juros fosse elevada ao longo de 2021. Tal movimento pode ser percebido pelo Gráfico 14 (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

Gráfico 14: Taxas de juros básicas do Brasil nos anos de 2020 e 2021 (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil (2024); elaboração própria. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 05/09/2024.

O COPOM reconheceu que a pressão de custos foi um dos principais motivos para o aumento da inflação a partir de 2021. Mesmo assim, o comitê não tentou reverter o choque primário dos preços no início do ano, utilizando o instrumento de política da taxa básica de juros para conter os choques secundários dos preços, aumentando seu valor, inicialmente, em 0,75 pontos percentuais e, posteriormente, fechando o ano de 2021 com uma taxa de 9,25% (Feijó; Araújo; Bresser-Pereira, 2022).

Em 2020, com uma política monetária com taxas tão baixas, o mercado brasileiro se tornou menos atrativo para investidores estrangeiros, gerando uma saída de moeda estrangeira na economia nacional e sendo uma influência para a desvalorização intensa durante o ano. Assim, o real acabou se tornando a moeda que mais se desvalorizou durante o ano de 2020, com um acumulado de 40% de desvalorização em comparação com o dólar (Martins, 2020).

Para tentar segurar a desvalorização da moeda nacional, o Banco Central do Brasil realizou uma série de queima de reservas que foram iniciadas em agosto de 2019 e foram se intensificando ao longo de 2020. Até março de 2021, o Banco Central havia queimado cerca de US\$ 68 bilhões em reservas estrangeiras para tentar conter o avanço da desvalorização do real (Martello, 2020).

Contudo, ao longo do período pandêmico, a política de taxa de juros brasileira, junto de outras políticas do Banco Central, não pareceu se mostrar tão eficiente, já que as elevações nos preços não pareceram ser contidas de acordo com índices de juros maiores. A inflação brasileira no período foi fortemente afetada por questões de alta volatilidade nos preços das *commodities* e do câmbio e não pareceram ter efeitos significativos em seus níveis conforme os ajustes da taxa SELIC. Logo, a formação de expectativas de inflação em um cenário de total incerteza quanto ao desenvolvimento da pandemia não deveria ser uma forma de acordo para justificar o aumento da taxa de juros durante esse período, visto que as metas de inflação não foram atingidas no período (Feijó; Araújo; Bresser-Pereira, 2022).

Ainda dentro da política monetária, tem-se medidas de liberação de capital que ampliaram a oferta de crédito em potencial, com cálculo de R\$ 1,34 trilhão. Entre as principais iniciativas estão a diminuição das exigências de capital para instituições financeiras de pequeno porte, a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) e a exclusão da dedução dos impactos fiscais das operações de *overhedge*. Essas duas últimas medidas, somadas,

liberaram R\$ 102 bilhões em capital, com o potencial de sustentar até R\$ 1,15 trilhão e US\$ 222,43 bilhões em novas operações de crédito (Palludeto; Oliveira; Deos, 2021).

Também foi efetivado diversos programas de oferta de crédito durante a pandemia, para sustentar o setor produtivo brasileiro. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) foi criado para auxiliar micro e pequenas empresas com oferta de crédito acessível com juros baseados na SELIC, buscando evitar estragos ainda maiores nas empresas que mais foram afetadas no país durante a crise (Governo Federal, 2020). O Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) foi feito para ajudar empresas a financiarem a folha de pagamento, preservando empregos, sendo destinado para empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões (TOTVS).

A fim de garantir melhor liquidez para o mercado financeiro, podendo, logo, reduzir riscos e gerar incentivo ao crédito durante a pandemia, o Banco Central adotou a compra de títulos públicos federais no mercado secundário. Assim, essa medida também acaba por auxiliar as empresas fortemente afetadas em meio à pandemia, injetando liquidez no mercado de capitais, tendo foco principal para micro e pequenas empresas (Lasco, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia gerou uma crise econômica e social sem precedentes, afetando profundamente o Brasil em diversas frentes. Entre os principais efeitos da crise, destaca-se uma forte recessão econômica que levou à contração do PIB em 3,3% em 2020. Essa recessão foi acompanhada por um aumento expressivo da taxa de desemprego, especialmente em setores dependentes de interações presenciais, como o comércio e serviços. Além disso, houve uma deterioração significativa nas condições de trabalho, com o aumento da subutilização e da desocupação da força de trabalho, que já se encontravam fragilizadas devido à crise dos anos de 2015 e 2016 e à reforma trabalhista do governo anterior. As importações e exportações brasileiras foram reduzidas no primeiro ano de 2020. O setor industrial enfrentou quedas na produção e no faturamento. Para as micro e pequenas empresas, os impactos foram ainda mais severos, com a queda de demanda e restrições de circulação implementadas para conter a proliferação da Covid-19, muitas delas tiveram que fechar, prejudicando um segmento que emprega milhões de pessoas no Brasil. A inflação acabou sendo pressionada pela desvalorização cambial e pela elevação dos preços das *commodities*, o que trouxe pressões adicionais para as famílias e empresas brasileiras.

O ano de 2021 foi marcado como um período de início da recuperação dos efeitos da crise econômica que o país identificou no ano anterior. Quase todas as variáveis apresentaram resultados positivos em 2021 ao serem comparadas com 2020, indicando um cenário econômico um pouco menos fragilizado, principalmente ao se considerar o início do processo de vacinação, retomada das atividades comerciais e da produção industrial, ocasionando uma recuperação do PIB brasileiro. Contudo, a informalidade foi ainda mais estruturada nesse ano em comparação como se encontrava antes da pandemia, indicando um efeito direto que a crise pandêmica causou no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, os brasileiros tiveram que lidar com uma alta no nível dos preços, implicando em taxas de juros altas a partir desse ano.

Diante do cenário crítico da pandemia, o governo brasileiro implementou uma série de políticas anticíclicas que foram essenciais para conter os efeitos mais devastadores da crise. O programa de Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda forneceram suporte de renda direto a milhões de brasileiros, ajudando a sustentar o consumo e a reduzir a perda de renda para as famílias mais vulneráveis, especialmente entre os trabalhadores informais que foram gravemente afetados. Portanto, as políticas de transferência

de renda foram as principais medidas para o estímulo da demanda agregada na economia brasileira, auxiliando a conter efeitos ainda mais graves no PIB do país. Além disso, políticas de flexibilização monetária e estímulos fiscais, como a redução temporária de impostos para produtos essenciais, ajudaram a manter a liquidez no mercado e a mitigar as quedas na atividade econômica.

Logo, o presente trabalho destacou como o déficit público foi um instrumento essencial para conter os avanços da crise através do estímulo da demanda agregada. O governo registrou um déficit primário de R\$ 745,3 bilhões, o qual foi permitido através da dispensa do cumprimento das metas fiscais, sendo (TCU, 2021). Além disso, nota-se como a política monetária estabelecida pelo Banco Central do Brasil optou por permanecer com taxas de juros baixas ao longo de 2020, sendo uma política expansionista em meio à crise. Porém, as baixas taxas de juros impactaram demasiadamente no câmbio brasileiro, forçando uma outra atuação direta do Banco Central através da queima de reservas estrangeiras.

Comparando o Brasil com outros países, nota-se que o alcance das políticas anticíclicas brasileiras foi relativamente amplo. Embora países como a Argentina e o México também tenham implementado medidas de transferência de renda e apoio às empresas, tiveram impactos econômicos ainda mais preocupantes, com queda de 9,9% e 8,3% no PIB, respectivamente. Salientando que essas nações latinas são consideradas como economias frágeis pelo Novo Desenvolvimentismo. O volume e a abrangência dos auxílios no Brasil tiveram um impacto mais robusto na mitigação dos efeitos da crise, principalmente devido à escala do Auxílio Emergencial e ao suporte adicional para a manutenção de empregos.

Em geral, a recuperação econômica apresenta resultados melhores que antes da pandemia, estando com um PIB de 4,5% maior que 2019 no ano de 2023 (Elias, 2023). Contudo, os desafios para uma recuperação plena ainda existem, principalmente em relação ao mercado de trabalho, o qual ainda permanece fragilizado. O nível de desemprego encontrou o menor patamar desde 2013, atingindo o valor de 6,2%, porém ainda há uma estrutura composta fortemente pela informalidade, sendo 38,9% dos trabalhadores ocupados se encontram em empregos informais, representando 40,3 milhões de indivíduos (Nunes, 2024).

O terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta uma agenda de fomento da indústria, redução das desigualdades e ampliação do mercado interno pela atuação estatal. Contudo, o então Ministro da Fazenda, Fernando Haddad apresentou medidas de arrecadações tributárias não muito efetivas, dificultando a implementação do plano. Além

disso, é planejado pelo governo a apresentação de um pacote de redução dos gastos fiscais, reduzindo a perspectiva de atuação do Estado como agente de desenvolvimento (De Caso, 2024).

A experiência brasileira durante a pandemia evidenciou a eficácia das políticas anticíclicas como ferramentas fundamentais para enfrentar crises econômicas em países emergentes, onde o setor privado possui menor resiliência em tempos de recessão profunda, além das dificuldades estruturais, o que inclui a desigualdade social e o intenso processo de desindustrialização que o Brasil enfrenta.

REFERÊNCIAS

- ANVISA. **Transparência: 500 dias de ações da Anvisa contra a Covid-19**. ANVISA, Brasil, v. 1, n. 1, p. 1-100, set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/gestao/relatorio-sobre-os-500-dias-de-acoes-da-anvisa-noenfrentamento-a-covid-19>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BALASSIANO, Marcel. **Expectativas para a economia em 2020 pré e pós coronavírus e perspectivas para 2021**. Fundação Getúlio Vargas, [S.l.], p. 1, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/expectativas-economia-2020-pre-e-pos-coronavirus-e-perspectivas-2021>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. In: **Taxas de juros básicas – Histórico**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 5 set. 2024.
- BANCO MUNDIAL. **The World Bank**. In: **GDP growth**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BARBOSA, Fernando; PERUCHETTI, Paulo. **Quem mais sofreu com a queda de emprego no Brasil no ano de 2020?**. FGV, [S.l.], p. 1, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-mais-sofreu-com-queda-de-emprego-no-brasil-no-ano-de-2020>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- BIONDO, Felipe; LOCATELLI, Natalia. **Análise dos efeitos da pandemia da Covid-19 na balança comercial brasileira**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://adelfa-api.mackenzie.b>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- BNDES. **A crise internacional e a economia brasileira**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17720/1/FCFoI214058_A%20Crise%20Internacional%20e%20a%20Economia%20Brasileira_Compl_P.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Macroeconomia desenvolvimentista**. São Paulo: Editora FGV, 2016. Disponível em:

<https://www.bresserpereira.org.br/books/macroeconomia-desenvolvimentista/0000-macroeconomia-desenvolvimentista.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRIDI, Maria Aparecida. **A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil**. Estudos Avançados - USP, [S.l.], 2 dez. 2020.

CEPAL. **América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: efectos económicos y sociales**. Informe especial nº 1. Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 2020.

COMEX STAT. **Dados Gerais**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 1 jun. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Produto Interno Bruto da América Latina e do Caribe**. 2021. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/portugues_tabla_pibs_america_latina_y_el_caribe_8jul.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

CONCEIÇÃO, Vanessa; XAVIER, Giullia; JORGE, Marissol. **Análise: efeitos da pandemia de covid-19: a alta da inflação no Brasil e no mundo**. Brasil de Fato, [S.l.], p. 1, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/analise-efeitos-da-pandemia-de-covid-19-a-alta-da-inflacao-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem especial: impactos da covid-19 na indústria**. [S.l.], maio 2020. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/f0/9e/f09e4aaa-b6a4-4a00-8a80-006f4c8f53b9/sondespecial_impactosdacovid19naindustria_v1.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

CORAZZA, Gentil. **Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes)**. Porto Alegre, RS: FEE, 1986. (Série Teses, n. 11).

COSTA VITÓRIA, Marlene de Fátima. **O microempreendedor em tempos de pandemia: uma análise do impacto econômico em cenário de crise**. Brazilian Applied Science Review, [S.l.], p. 1-15, 20 jan. 2021.

COSTA, Joana; FOGUEL, Miguel; REIS, Maurício; RUSSO, Felipe. **Análise da incidência do auxílio emergencial e do benefício emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD COVID-19**. IPEA, [S.l.], out. 2022. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11654/1/BMT74_analise_incidencia.pdf.

Acesso em: 23 ago. 2024.

DE CASO, Camila. **Lula 3: a agenda econômica em disputa. O Brasil decide seu futuro**. Le Monde Diplomatique Brasil, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/lula-3-a-agenda-economica-em-disputa-o-brasil-decide-seu-futuro/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

DE PAULA, Luiz Fernando. **A economia política da pandemia de COVID-19: o Brasil na encruzilhada entre o “velho normal” e as novas tendências internacionais**. [S.l.: s.n.], 2022.

DE PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel Carlos. **Os mecanismos de transmissão da política fiscal**. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/os-mecanismos-de-transmissao-da-politica-fiscal-rep.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DOS SANTOS, Raphael; KAPPES, Sylvio. **Uma análise da inflação brasileira na pandemia a partir dos dados do IPCA**. Cadernos CEPEC, [S.l.], dez. 2022.

ELIAS, Juliana. **Em 3 anos de pandemia, recuperação do Brasil foi a 21ª mais rápida em 40 países**. CNN Brasil, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/em-3-anos-de-pandemia-recuperacao-do-brasil-foi-a-21a-mais-rapida-em-40-paises/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

FEIJÓ, Carmen; ARAÚJO, Eliane Cristina; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Política monetária no Brasil em tempos de pandemia**. Revista de Economia Política, [S.l.], mar. 2022.

FERNANDES, Ana Elisa; FERMENTÃO, Cleide Aparecida. **O endividamento e as políticas governamentais de combate à crise econômico-financeira frente ao COVID-19**. Revista Húmus, [S.l.], p. 1-22, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/14647/8187>.

Acesso em: 29 jun. 2024.

FGV. **Impactos da pandemia de COVID-19 sobre o nível de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação**. FGV, [S.l.], p. 1, 5 maio 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/impactos-pandemia-covid-19-sobre-nivel-utilizacao-capacidade-instalada-industria>. Acesso em: 14 maio 2024.

GONZALEZ, Lauro; BARREIRA, Bruno. **Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda.** FGV EASP, [S.l.], p. 1-11, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u624/auxilioemergv10.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GOVERNO FEDERAL. **Pronampe – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.** Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/credito/pronampe>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GOVERNO FEDERAL. **Tribunal de Contas da União: política fiscal.** 2021. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/04-politica-fiscal.html#:~:text=O%20deficit%20primário%20realizado%20foi,R%24%20124%2C1%20bilhões>. Acesso em: 5 nov. 2024.

HERMANN, Jennifer. **Crescimento econômico e regimes de política macroeconômica no Brasil: 1994-2005.** ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A152.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

IASCO-PEREIRA, Hugo C.; DUREGGER, Rafael; TAO, Matheus Itiro de Castro. **A indústria de transformação brasileira na crise do COVID-19.** A Economia em Revista, [S.l.], p. 1-13, 2022.

IBGE. **Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%.** IBGE, [S.l.], p. 1, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 14 maio 2024.

IBGE. **Em 2019, PIB cresce 1,2% e chega a R\$ 7,4 trilhões.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [S.l.], p. 1, 5 nov. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32092-em-2019-pib-cresce-1-2-e-chega-a-r-7-4-trilhoes>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE. **Necessidade de Financiamento do Governo recua 77,5% em 2021.** Agência de Notícias IBGE, [S. l.], p. 1, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35581-necessidade-de-financiamento-do-governo-recua-77-5-em-

2021#:~:text=A%20necessidade%20de%20financiamento%20líquida,nos%20três%20níveis%20de%20governo. Acesso em: 26 jun. 2024.

IBGE. Necessidade de financiamento do governo recua 77,5% em 2021. Agência de Notícias IBGE, [S.l.], p. 1, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35581-necessidade-de-financiamento-do-governo-recua-77-5-em-2021#:~:text=A%20necessidade%20de%20financiamento%20líquida,nos%20três%20níveis%20de%20governo>. Acesso em: 26 jun. 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Diversos anos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnad-covid1.html?edicao=28055&t=microdados>. Acesso em: 27 jun. 2024.

IBGE. PIB cresce 4,6% em 2021 e fecha o ano em R\$ 8,7 trilhões. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33067-pib-cresce-4-6-em-2021-e-fecha-o-ano-em-r-8-7-trilhoes>. Acesso em: 2 dez. 2024.

IBGE. Tabela 6612 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6612>. Acesso em: 4 nov. 2024.

INDICADORES CNI. Atividade industrial. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://indicadores.sistemaindustria.com.br/indicadores/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>. Acesso em: 1 jun. 2024.

JR, Ferraz. **Processo de desindustrialização no Brasil se acentua.** Jornal da USP, [S.l.], p. 1, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-desindustrializacao-no-brasil-se->

[acentua/#:~:text=Causas%20da%20desindustrializa%C3%A7%C3%A3o&text=%22Nos%20anos%201970%20e%2020o%20setor,ind%C3%BAstria%20e%20houve%20o%20decl%C3%ADnio.%22. Acesso em: 10 jun. 2024.](#)

LASCO, Thiago. **BC negocia inclusão de crédito privado em programa de compra de títulos.** Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/bc-negocia-credito-privado/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

LIBÂNIO, Gilberto. **Breves notas sobre o arranjo macroeconômico para o enfrentamento da crise da COVID-19 na China.** Geosul, [S.l.], p. 1, 4 nov. 2020.

LOPES DA SILVA, Mygre; ABBADE DA SILVA, Rodrigo. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID-19: impactos e reflexões.** [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussão-07-Economia-Brasileira-Pré-Durante-e-Pós-Pandemia.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf). Acesso em: 6 nov. 2023.

CIOTTI, Marco; CICCOZZI, Massimo; TERRINONI, Alessandro; JIANG, Wen-Can; WANG, Cheng-Bin; BERNARDINI, Sergio. **The COVID-19 pandemic.** Critical Reviews in Clinical Laboratory Sciences, 2020. DOI.

MARTELLO, Alexandro. **Venda de quase US\$ 70 bilhões em reservas no governo Bolsonaro não impede disparada do dólar.** G1, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/14/venda-de-quase-us-70-bilhoes-em-reservas-no-governo-bolsonaro-nao-impede-disparada-do-dolar.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2024.

MARTINS, Raphael. **Tropeços na política fiscal derrubam real e moeda tem o pior desempenho do mundo em 2020.** G1, 1 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/01/tropecos-na-politica-fiscal-derrubam-real-e-moeda-tem-o-pior-desempenho-do-mundo-em-2020.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2024.

MOTA, Camilla. **Por que o real é a moeda que mais se desvalorizou em 2020.** BBC, [S.l.], p. 1, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54549137>. Acesso em: 14 maio 2024.

MOTA, José Aroudo. **Impacto da COVID-19 nas exportações das principais commodities brasileiras.** IPEA, [S.l.], abr. 2021. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10607/1/Radar_65_impacto_COVID-19_exportacoes.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

NUNES, Júlia. **Desemprego cai a 6,2% no trimestre terminado em outubro, diz IBGE**. G1, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/desemprego-cai-a-62percent-no-trimestre-terminado-em-outubro-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 1 dez. 2024.

NUZZI, Vitor. **Brasil fechou 2021 com mais pessoas na informalidade e queda recorde na renda**. CUT, [S.l.], p. 1, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-fechou-2021-com-mais-pessoas-na-informalidade-e-queda-recorde-na-renda-677b>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TONETO, Rodrigo; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. **Salvando vidas e a economia: a importância dos gastos públicos na crise causada pela Covid-19**. Made-USP, [S.l.], p. 1-9, 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, Cida de. **Sete erros de Bolsonaro na gestão da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasil Atual, [S.l.], p. 1, 27 nov. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PAINEL PNAD Contínua. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PALLUDETO, A. W. A.; et al. **Respostas econômicas à pandemia de Covid-19: experiências internacionais selecionadas**. In: PALLUDETO, A. W. A.; OLIVEIRA, G. C. de; DEOS, S. (org.). Economia política do novo "(a)normal" do capitalismo: pandemia, incertezas e novos paradigmas. Curitiba: CRV; Campinas: Unicamp IE, 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Assistência Social**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/08-assistencia-social?ano=2021>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Recursos federais destinados ao combate da pandemia de coronavírus (COVID-19)**. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/coronavirus?ano=2020>. Acesso em: 29 jun. 2024.

REDAÇÃO NUBANK. **Auxílio emergencial 2021: tudo sobre valores, parcelas e mais.** Nubank, [S.l.], p. 1, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/auxilio-emergencial-2021-tudo-sobre-valores-parcelas-quem-tem-direito/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SALCES DOURADO, Lorena; ZAHLUTH BASTOS, Pedro Paulo. **O impacto econômico das políticas de isolamento social frente à pandemia da COVID-19: acompanhamento e resenha da produção acadêmica.** [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P17977A35734O331.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANCHES, Marina; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. **Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020.** Made-USP, [S.l.], p. 1-10, 8 fev. 2021.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TOTVS. **Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE).** Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/fiscal-clientes/programa-emergencial-de-suporte-a-empregos-pese/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

VIECELI, Leonardo. **PIB do Brasil em 2021 tem alta revisada de 5% para 4,8%.** Folha de São Paulo, [S.l.], p. 1, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/pib-do-brasil-em-2021-tem-alta-revisada-de-5-para-48.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2023.